

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E REGIONAL

GYORDANNA PATRÍCIA PEREIRA SILVA

PRODUÇÃO INTELECTUAL, MOVIMENTO SOCIAL E CONFLITOS: o
MABE e a luta em defesa da territorialidade

São Luís

2013

GYORDANNA PATRÍCIA PEREIRA SILVA

**PRODUÇÃO INTELECTUAL, MOVIMENTO SOCIAL E CONFLITOS: o
MABE e a luta em defesa da territorialidade**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito à obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional.

Orientadora: Profa. Cynthia Carvalho Martins.

São Luís

2013

Silva, Gyordanna Patrícia Pereira Silva

Produção intelectual, movimento social e conflitos: o MABE e a luta em defesa da territorialidade / Gyordanna Patrícia Pereira Silva – São Luís, 2013.

112 f.

Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Desenvolvimento socioespacial e regional, Universidade Estadual do Maranhão, 2013.

Orientador: Prof.^a Cynthia Carvalho Martins.

1. Movimento social-MALBE 2. Territorialidade.3. Produção intelectual
I.Título

CDU: 316.35(81)

GYORDANNA PATRÍCIA PEREIRA SILVA

**PRODUÇÃO INTELECTUAL, MOVIMENTO SOCIAL E CONFLITOS: o
MABE e a luta em defesa da territorialidade**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito à obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Cynthia Carvalho Martins (Orientadora)
Doutora em Antropologia
Universidade Estadual do Maranhão

Prof.^a Zulene Muniz Barbosa
Doutora em Ciências Sociais
Universidade Estadual do Maranhão

Prof.^a Carla Regina Assunção Pereira
Doutora em Ciências Humanas (Sociologia)
Universidade Estadual do Maranhão

Prof.^a Patrícia Maria Portela Nunes
Doutora em Antropologia
Universidade Estadual do Maranhão

Prof.^a Helciane de Fátima Abreu Araújo
Doutora em Sociologia
Universidade Estadual do Maranhão

A Elvys Luís, meu esposo, meu amor, por me mostrar que posso ser, ao mesmo tempo, navio e farol, por sua companhia, dedicação e respeito, marca do nosso eterno encontro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela afirmação diária do seu amor infinito e pela força que me concede, me encorajando a vencer as adversidades da vida.

Aos meus pais, Antonio Silva e Graça Freitas, que me alimentam com seu amor que pauta toda a minha existência.

Aos meus irmãos Georgyanna e Georgy, por ser a extensão do meu corpo e de minha alma.

As minhas sobrinhas Letícia e Lavínia que preenchem a minha alma com a alegria e a inocência.

A amiga Cynthia Martins Carvalho, por ter me concedido a honra de ser sua orientanda, por sua generosidade, prova de sua compreensão ampliada sobre o significado de ser verdadeiramente intelectual. O respeito e a confiança dedicada a mim me comoveram a cada encontro da orientação.

A meu sogro Borges, por nossas conversas calorosas sobre as nuances dos movimentos sociais e pelo incentivo.

Ao professor Alfredo Wagner Berno de Almeida, minha referência no âmbito da pesquisa, pela simplicidade das orientações e pela oportunidade de compor a equipe do PNCSA.

Aos professores Arydimar Gaioso, Helciane de Fátima e Aniceto Cantanhede por suas contribuições na construção do conhecimento e pela amizade.

Aos amigos do PNCSA e do GESEA, em especial Davi Pereira Júnior, por compartilhar sua amizade, por seu abraço apertado que me conforta e por seu exemplo de dedicação à pesquisa.

Aos quilombolas que compõem o MABE, em especial, Danilo Serejo, Dorinete Serejo e Leonardo dos Anjos, pela confiança, pela acolhida e respeito ao meu trabalho.

Aos meus amigos e alunos do Colégio Militar Tiradentes, pelo apoio e incentivo, em especial Núbia Azevedo por ter me adotado como filha aqui em São Luís.

A Dra. Jesus Botelho e a Dra. Andréa Rufino por cuidarem não só das questões relativas ao meu corpo, mas por fortalecerem minha vontade de superar obstáculos.

A minha colega de turma Nilce por seu exemplo de coragem e perseverança.

A todos aqueles que contribuíram de forma especial na formação do meu saber acadêmico e auxiliaram na construção desse trabalho.

“É que as margens de um livro jamais são nítidas nem rigorosamente determinadas: além do título, das primeiras linhas e do ponto final, além de sua configuração interna e da forma que lhe dá autonomia, ela está preso em um sistema de remissões a outros livros, outros textos, outras frases: nó em uma rede.

Michel Foucault

RESUMO

O presente trabalho evidencia a análise que desenvolvi a partir do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (MABE) tomado como elemento empírico para possibilitar o estabelecimento de um diálogo com a história da produção teórica sobre Alcântara e com as categorias científicas, com destaque para as categorias etnia e territorialidade, correlacionando a luta dos quilombolas organizados por meio desse movimento social em defesa do território étnico. Tal análise demonstra que os quilombolas de Alcântara realizam face aos conflitos desencadeados com a implantação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) deslocamentos conceituais que fundamentam suas lutas em defesa do território. A noção de território é relativizada ultrapassando a noção de terra. A noção de etnia ultrapassa a noção de raça. Os esquemas explicativos que legitimam a noção de decadência em Alcântara e excluem o debate acerca de etnia e territorialidade, são questionados a partir da evidência de construções teóricas produzidas no âmbito do MABE, por quilombolas / pesquisadores que se articulam no sentido de desenvolver ações afirmativas que possibilitem a visibilidade dos conflitos sociais vivenciados no cotidiano frente à luta pela garantia dos seus direitos territoriais. O trabalho aborda ainda questões acerca da relação estabelecida entre a produção do conhecimento científico e os movimentos sociais.

Palavras-chave: MABE. CLA. Etnia. Territorialidade. Produção intelectual.

ABSTRACT

This work shows the analysis developed from the Movement of People Affected by Base Alcantara Space (MABE) taken as empirical element to enable the establishment of a dialogue with the history of theoretical work on Alcantara and the scientific categories, highlighting categories ethnicity and territoriality, correlating the struggle of the quilombos identity organized through this social movement in defense of the ethnic territory. This analysis demonstrates that the Maroons Alcantara perform against the conflicts triggered by deploying Launch Center (CLA) conceptual shifts that underlie their struggles in defense of territory. The notion of territory is relativized notion of surpassing the earth. The notion of ethnicity beyond the notion of race. The explanatory schemes that legitimize the notion of decadence in Alcantara and exclude the debate on ethnicity and territoriality are questioned from the evidence of theoretical constructs produced under MABE, by quilombos / researchers that are articulated to develop affirmative action that enable the visibility of social conflicts experienced in the daily struggle against the guarantee of their territorial rights. The work also addresses questions about the relationship established between the production of scientific knowledge and social movements.

Keywords: MABE. CLA. Ethnicity. Territoriality. Intellectual production.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA – Associação Brasileira de Antropologia

ACS – Alcântara Cyclone Space

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

CCN – Centro de Cultura Negra

CESC – Centro de Estudos Superiores de Caxias

CLA – Centro de Lançamento de Alcântara

CNS – Conselho Nacional de Seringueiros

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

FETAEMA – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Maranhão

GESEA – Grupo de Estudos Socioeconômicos da Amazônia

IHGM – Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão

MA - Maranhão

MAB – Movimento dos Atingidos de Barragens

MABE – Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara

MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

MOMTRA – Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PA - Pará

PNCSA – Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

PVN – Projeto Vida de Negro

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SDDH – Sociedade Defensora dos Direitos Humanos

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	SITUANDO A TEMÁTICA E DESCRREVENDO A REDE DE RELAÇÕES SOCIAIS QUE ORIENTARAM A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	13
2.1	Situando a temática	13
2.1.1	A implantação do Centro de Lançamento de Alcântara-CLA	13
2.1.2	A construção do objeto de estudo.....	14
2.2	Sobre os procedimentos metodológicos	22
3	A HISTÓRIA SOCIAL DA PRODUÇÃO TEÓRICA SOBRE ALCÂNTARA	26
3.1	Os notáveis intelectuais e a ideia de decadência em Alcântara	29
3.2	A desconstrução da ideologia da decadência em Alcântara	38
4	O MABE, A LUTA DOS QUILOMBOLAS E A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO ÉTNICO EM ALCÂNTARA	48
4.1	Os movimentos sociais pós década de 1980: reconfigurando os sujeitos da ação	48
4.2	“Qual é o desenvolvimento que nós queremos?”	51
4.3	“Ele passa a agregar a luta em torno do componente étnico” : a emergência do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara	56
4.4	“E esse contato com os pesquisadores, com os professores ele só traz as palavras porque o significado a gente já tinha” : refletindo sobre a produção do conhecimento e os movimentos sociais.....	63
4.5	Produções teóricas dos quilombolas de Alcântara: saberes articulados às lutas sociais	68
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
	REFERÊNCIAS	82
	APÊNDICES	86

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva a apresentação das análises construídas na dissertação intitulada Produção Intelectual, Movimento Social e Conflitos: o MABE e a luta em defesa da territorialidade desenvolvida no Mestrado do Programa de Pós-Graduação Desenvolvimento Socioespacial e Regional realizado no âmbito da Universidade Estadual do Maranhão-(UEMA).

O trabalho fora construído a partir da minha trajetória acadêmica que inclui as disciplinas cursadas no Mestrado e as observações que venho desenvolvendo junto aos agentes sociais denominados quilombolas atingidos pela Base Espacial em Alcântara – MA. A ideia principal da dissertação é demonstrar como se processa a interrelação entre o campo acadêmico, institucional e as lutas dos quilombolas de Alcântara agregados por meio do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (MABE) em defesa do território, observando que as categorias científicas são produzidas a partir de situações coletivas dos contextos sociais e, portanto, se esses contextos são alterados, estas passam pelo processo de ressignificação. Destaca também as ações afirmativas desenvolvidas por esses quilombolas e suas representações sobre as categorias científicas e de entendimento do mundo social.

A situação vivenciada pelos quilombolas em Alcântara me permitiu demonstrar como o processo de autodefinição como quilombola foi sendo construído como resultante das estratégias de mobilização do grupo social, articulado com as reivindicações de mudanças ocorridas no próprio aparelho do Estado.

O sumário apresentado evidencia a produção do texto dividido em três capítulos com subtópicos que considero importantes para contemplar os objetivos do trabalho.

O primeiro capítulo intitulado Situando a temática e descrevendo a rede de relações sociais que orientaram a construção do objeto de estudo desenvolve uma compreensão acerca das experiências vivenciadas no âmbito de minha trajetória acadêmica e no trabalho de pesquisa desenvolvido junto ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA). O texto destaca o processo de implantação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), desenvolve uma compreensão acerca do processo de construção do objeto de estudo e apresenta uma reflexão sobre os procedimentos metodológicos que fundamentam esse trabalho de pesquisa.

O segundo capítulo intitulado A história social da produção teórica sobre Alcântara apresenta como proposta inicial o desenvolvimento de uma análise acerca de

algumas produções intelectuais sobre Alcântara especificamente dos intitulados notáveis intelectuais responsáveis pela noção de decadência construída sobre Alcântara. Em oposição a essa construção ideológica, analiso a seguir, teóricos que propõem a desconstrução da ideologia da decadência em Alcântara e que produzem articulados aos movimentos sociais, considerando a existência dos agentes sociais do território de Alcântara.

No capítulo terceiro denominado O MABE, a luta dos quilombolas e a construção do território étnico em Alcântara realizo inicialmente uma análise que contempla uma discussão sobre os movimentos sociais pós década de 1980, a partir da reconfiguração dos sujeitos da ação. Reflito sobre os desdobramentos dos movimentos sociais no sentido de ampliar as suas demandas atreladas à construção de uma rede de relações que permite uma interlocução entre o conhecimento científico e os agentes sociais mobilizados por meio de formas organizativas específicas pela garantia dos seus direitos.

Analiso na sequência, as representações dos quilombolas de Alcântara sobre a implantação do CLA, destacando a ideologia da decadência produzida sobre Alcântara. Apresento as principais ações de mobilização dos quilombolas de Alcântara organizados no âmbito do MABE frente ao conflito com o CLA e reflito sobre a importância da relação estabelecida entre a produção do conhecimento e os movimentos sociais.

O estudo sobre as categorias científicas etnia, territorialidade e outras construídas pelos agentes sociais na luta pela titulação do território étnico de Alcântara perpassa uma discussão desenvolvida ao longo dos capítulos. Apresento ainda, uma análise desenvolvida a partir de algumas produções teóricas produzidas por quilombolas/pesquisadores de Alcântara que articulam seus saberes à luta pela garantia do território étnico, potencializando as ações afirmativas frente ao conflito com o CLA.

2 SITUANDO A TEMÁTICA E DESCREVENDO A REDE DE RELAÇÕES SOCIAIS QUE ORIENTARAM A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

2.1 Situando a Temática

2.1.1 A implantação do Centro de Lançamento de Alcântara-CLA

A política desenvolvimentista dos “grandes projetos” implantada pelas medidas governamentais em várias regiões do Brasil impulsionou uma nova estratégia dos movimentos sociais no sentido de apresentar ações contrárias ao desenvolvimento das “grandes obras”. Dentre esses projetos governamentais destacam-se rodovias, barragens, gasodutos, bases militares, oleodutos e outros.

Tal estratégia se coaduna com o posicionamento dos agentes sociais impactados por esses projetos que passaram a ser representados a partir de uma existência coletiva enquanto sujeitos da ação congregados por organizações locais que consideram a politização das realidades localizadas e as situações vivenciadas no cotidiano. Nesse contexto, formaram-se, por exemplo, organizações como o Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), o Movimento dos Atingidos de Barragens (MAB) dentre outras. Nesse processo de contestação e articulação no sentido de resistência¹ contra as medidas governamentais dos “grandes projetos” constituiu-se ainda o MABE.

Em 1980, o governo do estado do Maranhão por meio do decreto 7.320, desapropriou para fins de utilidade pública o equivalente a 52 mil hectares do município de Alcântara para a implantação da Base de lançamento de foguetes. Ainda foi assinado no ano de 1982, um Protocolo de Cooperação entre o governo municipal, estadual e federal, este último representado pelo Ministério da Aeronáutica, para instalação do CLA.

Em 1991, por meio de Decreto Presidencial nº 72.571, de 18 de abril de 1986, esta área foi estendida com o acréscimo de 10 mil hectares, totalizando 62 mil hectares² destinados ao Programa Espacial em Alcântara, reduzindo o módulo rural do município de 35 hectares para 15 hectares (BRASIL, 2010). Segundo o Ministério da Aeronáutica, o município de

¹ Nessa perspectiva desenvolveu-se a construção de outro movimento organizado a partir das mobilizações em Alcântara denominado Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MOMTRA) para discutir as questões relativas a gênero e fortalecer a luta pela garantia do território étnico.

² Esta área utilizada para a implantação da Base espacial corresponde a 46% da superfície do território de Alcântara.

Alcântara fora escolhido para implantação do CLA por reunir as condições favoráveis para o desenvolvimento do projeto espacial brasileiro, na medida em que apresenta uma localização privilegiada em relação à linha do Equador seguida de um vazio demográfico necessário para garantir a segurança e amenizar os impactos causados pelo desenvolvimento do projeto espacial. Apresento a seguir informações relativas ao processo de construção do objeto de estudo, situando como realizei a abordagem acerca do conflito entre os quilombolas de Alcântara e o CLA.

2.1.2 A construção do objeto de estudo

A construção de um trabalho científico pressupõe o estabelecimento de relações sociais que possam fundamentar gradualmente as escolhas e opções metodológicas e, ao mesmo tempo, relativizá-las. Nesse capítulo pretendo apresentar a trajetória de construção do meu objeto de pesquisa correlacionando experiências vivenciadas ao longo desses anos de estudo que inclui a minha participação como aluna do curso de Especialização intitulado “Sociologia das Interpretações do Maranhão” e do curso de pós-graduação, em nível de Mestrado, intitulado “Desenvolvimento Socioespacial e Regional”. Agrego a essas situações, a experiência adquirida por meio da feitura de dois fascículos produzidos no âmbito do PNCSA, estes intitulados “Luta dos Quilombolas pelos Títulos Definitivos”, “Oficinas de Consulta – Alcântara MA” e “Ilê Axé Olodumare: Casa de Axé Ferreiro de Deus, Povos de Terreiro em Paço do Lumiar – MA”. Tais produções promoveram um processo de aprofundamento das relações sociais com os agentes sociais, e no caso específico do fascículo referente à Alcântara, o contato com os integrantes do MABE favoreceu a construção do meu objeto de estudo. Apresento nesse capítulo, os passos desse processo de construção do objeto de pesquisa, mesclando o aprendizado teórico e o empírico. Estudar o MABE exigia uma compreensão do processo de luta em defesa do território de Alcântara face à implantação do CLA, já que esse movimento nasce nesse contexto.

A minha posição de pesquisadora vinculada ao PNCSA exigia o entendimento das relações de pesquisa com o plano “político/militante”. Isso porque, em algumas situações os pesquisadores com os quais estabeleci uma interação eram bolsistas do PNCSA e ao mesmo tempo, membros do MABE. O PNCSA é um projeto desenvolvido desde 2004, sob a coordenação do antropólogo Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida, com o financiamento da Fundação Ford. Como destaca Acelrad e Coli (2008, p. 33), o PNCSA apresenta-se

[...] com o objetivo de produzir interpretações da problemática social, econômica e ecológica, levando em consideração a experiência dos atores sociais envolvidos, são realizadas oficinas de cartografia, levantamentos documentais, cursos introdutórios à linguagem cartográfica formal, orientação e localização geográfica pelo uso de equipamentos técnicos como o GPS. Até meados de 2008, haviam sido lançados em torno de 60 fascículos com as informações adquiridas através do diálogo com grupos de mulheres quebradeiras de coco, comunidades negras e indígenas, homossexuais, extrativistas, ribeirinhos, pescadores, colonos entre tantos. Os materiais produzidos constituem documentos que ajudam a embasar tais atores em situações de conflito.

Desse modo destaco que esse o desenvolvimento desse estudo só foi possível em decorrência de estudos e das relações sociais estabelecidas anteriormente às que construí. Em certa medida, estive amparada por essa rede de relações sociais e o exercício empreendido nesta pesquisa constitui-se no ato de reunir essas produções por meio de uma reflexão ao mesmo tempo “nova” e “limitada”. O recorte temporal da minha pesquisa revela uma escala pequena se tomarmos como referência a temporalidade das lutas travadas por meus entrevistados frente ao conflito com o CLA.

Início observando que o desenvolvimento de um objeto de pesquisa requer ações que promovam rupturas com a opinião, com as pré-noções construídas ao longo da vida social, estas que corroem o trabalho científico. Busca-se então, fazer ciência e “[...] evitar as aparências da cientificidade, contradizer mesmo as normas em vigor e desafiar os critérios do rigor científico” (BOURDIEU, 2007, p. 42). Trata-se de tentar compreender que a ciência tem seus limites, sendo necessário agir com cautela, fugir das certezas, observando as interpretações já existentes acerca do objeto definido para o estudo. Nesse sentido como observa Geertz (1989, p. 35) “[...] os estudos constroem-se sobre outros estudos, não no sentido de que retomam onde os outros deixaram, mais no sentido de que, melhor informados e melhor conceitualizados, eles mergulham mais profundamente nas mesmas coisas.”

Observo que os dados elaborados por teóricos são resultantes da construção das construções de outros intelectuais e o que faz com que estes adquiram significado relevante são sua base social e sua importância. Essas interpretações são, portanto, “[...] de segunda e terceira mão” (GEERTZ, 1989, p.35). Diante dessa análise ressalto que ao longo do trabalho de pesquisa enfrentei desafios intensos, dentre eles, a dificuldade em selecionar uma bibliografia adequada sobre a situação do conflito entre as comunidades quilombolas e o CLA já que é intensa a produção teórica que aborda essa temática, o fato dos trabalhos teóricos produzidos inicialmente sobre a “ideologia da decadência” ser de autoria do coordenador do PNCSA e ainda, a dificuldade de escrever sobre os entrevistados que são militantes do

MABE, mas também atuam como pesquisadores no PNCSA. Então, as leituras de fundo teórico forneceram a chave para lidar com essas dificuldades. Compreendi que estava em jogo uma rede de relações construídas entre pesquisadores e agentes sociais, resultante de um trabalho que datava de mais de quarenta anos. Justifico assim minha escolha teórica de tomar como referência os estudos sobre Alcântara produzidos por pesquisadores que fazem parte da rede de relações construída pelo PNCSA na qual estou inserida.

Então, um objeto se torna relevante pelo significado socialmente estabelecido, e por isso, merece ser descrito com densidade, por meio de uma busca capaz de transformar esse objeto de estudo para “[...] constituir objetos socialmente insignificantes em objetos científicos” (BOURDIEU, 2007, p. 20). Essas reflexões marcaram o início da trajetória que culminou na elaboração desse trabalho de pesquisa.

A experiência inicial com o objeto de estudo apresentado aqui se definiu no decorrer de um curso de especialização intitulado “Sociologia das Interpretações do Maranhão: povos e comunidades tradicionais, políticas étnicas e desenvolvimento sustentável”, esta desenvolvida UEMA, no período compreendido entre julho de 2008 a maio de 2009. No âmbito dessa especialização estabeleci os primeiros contatos com os professores, com a temática e com os agentes sociais. Isso porque tal especialização teve como referência a fundamentação de estudos que articulassem os conhecimentos científicos e os saberes de grupos mobilizados. Então, sem a pretensão de dividir por etapas ou fases estabeleço a minha participação nesse curso como um marco inicial, seguido da possibilidade que tive em participar do PNCSA na feitura dos fascículos.

Como parte introdutória do primeiro módulo deste Programa de pós-graduação, destacou-se a disciplina denominada “Comunidades Tradicionais: aspectos antropológicos”, ministrada pelo antropólogo Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida. Tal disciplina³ constituiu-se de relevante importância para a realização de um conjunto de análises que lançaram as bases para as primeiras impressões acerca do estudo das categorias de entendimento “etnia” e “territorialidade”. Esse seria uma espécie de “acto teórico inaugural”⁴ no que se refere à construção do objeto de estudo, como ressalta Bourdieu (2007, p. 27) a seguir,

³ No decorrer dessa disciplina foram abordadas questões relativas aos povos e comunidades tradicionais, com temáticas referentes à identidade, etnia, processos de mobilização de agentes sociais, processos de territorialização, conhecimentos tradicionais e impactos socioambientais causados por grandes projetos em regiões amazônicas.

⁴ Expressão utilizada por Bourdieu (2007, p. 27) para destacar a complexidade da construção de um objeto de estudo, não se tratando de tarefa simples em que o pesquisador se resume a realizar projeções que definam antecipadamente as várias etapas do trabalho.

[...] é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções, de emendas, sugeridos por o que se chama ofício, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas.

Vale ressaltar que, os outros módulos ministrados no curso de especialização acima citado, estes intitulados “Políticas de Desenvolvimento, Gestão e Etnodesenvolvimento” foram de vital importância para que fossem definidas as condições de adequação do problema e escolha do método que nortearia a pesquisa. Desse modo, o objeto de estudo aqui em pauta fora definido como uma análise das categorias “etnia” e “territorialidade”, da história social da produção teórica referida à noção de decadência como apresentado nos capítulos I e II. Outro viés do trabalho consiste em realizar uma reflexão sobre categorias científicas e suas relações com o contexto de luta dos quilombolas de Alcântara.

Tal análise se daria a partir de uma abordagem que se resumiria a uma revisão bibliográfica onde seria produzido um quadro sinótico contemplando concepções de alguns teóricos sobre as categorias colocadas em evidência. Mas, como “pensar relacionamente”⁵ partindo-se desse objeto de estudo? Como torná-lo um objeto socialmente significativo, uma vez que não se definira anteriormente uma situação empírica que possibilitasse uma conversão do problema abstrato em uma condição prática? Eis um desafio que se impôs com uma força reflexiva muita intensa capaz de redirecionar a análise para uma nova trajetória. Mantidas as categorias “etnia” e “territorialidade”, busquei a definição de uma situação empírica que possibilitasse o desenvolvimento de um problema socialmente construído, na medida em que percebi que o domínio teórico dessas categorias precisa ser articulado a uma situação empírica que auxiliasse no aspecto de problematizar o objeto de estudo. A situação dos quilombolas de Alcântara e de suas restrições de acesso aos direitos permitia movimentar a teoria adquirida no âmbito da especialização Sociologia das Interpretações do Maranhão.

Os quilombolas de Alcântara no processo de defesa de suas territorialidades afirmaram seu pertencimento étnico irreduzível ao aspecto biológico. As lutas dos quilombolas já demonstravam que havia uma relativização das categorias científicas ancoradas no biologismo / geografismo.

⁵ Trata-se de buscar uma prática de pesquisa que realize uma interação constante entre teoria e metodologia no intuito de fugir da separação entre essas duas instâncias, possibilitando-se pensar o objeto de estudo no campo das relações sociais, não o reduzindo a um objeto científico.

A relação de pesquisa estabelecida desde o ano de 2005 com o Grupo de Estudos Socioeconômicos da Amazônia (GESEA)⁶ por intermédio do PNCSA favoreceu meu encontro com o elemento empírico capaz de fornecer as condições de possibilidades necessárias ao desenvolvimento da pesquisa. Tal encontro se deu em virtude da elaboração dos fascículos intitulados “Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara” e “Luta dos Quilombolas pelo Título Definitivo – Oficinas de Consulta / Alcântara – Maranhão”⁷. A minha participação na edição dos fascículos citados anteriormente fora tímida, no entanto, de tamanha significação, na medida em que se priorizou o registro dos nomes dos agentes sociais participantes do processo de construção do material. Desse modo, ocorreu o contato inicial com o “campo”, espaço social onde são estabelecidas relações com os agentes sociais e assim, evitam as formas reducionistas na medida em que,

[...] compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair do arbitrário e do não motivado os actos dos produtores e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir. (BOURDIEU, 2007, p. 69).

A participação na organização inicial da edição dos fascículos possibilitou ainda o acesso às várias informações acerca do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara (STTR) e MABE. Tais informações referiam-se às ações realizadas pelo STTR, à organização e realização do Seminário “Alcântara: a Base Espacial e os Impasses Sociais” em maio de 1999, à lista de acontecimentos referentes ao conflito com a Base Espacial situada em ordem cronológica iniciando-se em 1980 e concluindo-se em 2007. Além dessas informações, o fascículo apresentava o mapa⁸ intitulado “Território das Comunidades Remanescentes de Quilombo – Alcântara – MA: Territorialidade, Uso dos Recursos Naturais, Sítio Histórico e Conflitos Sociais”, elaborado com base na pesquisa de campo coordenada pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida para fins de perícia antropológica em cumprimento à determinação da Procuradoria Geral da República. Esse mapa construído junto com os agentes sociais e apropriado por eles reproduz o território étnico reivindicado pelos quilombolas. Cabe ressaltar que esse mapa não coincide com o mapa oficial de Alcântara, mostra territorialidades específicas, *terras de santo, terras de santa, terras de santíssima*,

⁶ O GESEA, por meio das reuniões periódicas para estudo em grupo, contribuiu de modo significativo para o estabelecimento do contato com o campo intelectual necessário para o desenvolvimento da pesquisa.

⁷ Vide fascículos em apêndice B.

⁸ Vide mapa em destaque no capítulo III deste trabalho e no apêndice A.

terras de preto construídas a partir dos diferentes planos organizativos das comunidades quilombolas.

Por meio do mapa estabeleci um novo contato com o MABE e o território de Alcântara, observando as comunidades quilombolas que são representadas por esse movimento. A construção do mapa temático realizada de modo coletivo forneceu a possibilidade de operacionalizar os conceitos teóricos que se pretende aprofundar nesse estudo. O mapa elaborado a partir das análises que se processaram no decorrer da pesquisa que fundamentou a construção do laudo antropológico materializou a existência do território étnico, a partir de uma perspectiva que rompe com a ideia de que os quilombos são ilhas, refutando a prática discursiva que os evidenciam como áreas isoladas.

O mapa considera as relações existentes entre os povoados, demonstrando de modo marcante a interrelação entre eles e os agentes sociais. A situação empírica em análise possibilitou uma ruptura teórica na medida em que dissociou o étnico do conceito de raça e relativizou a noção de território, ultrapassando a noção reducionista de espaço geográfico.

Estabelecido o contato inicial com essa produção intelectual sobre Alcântara defini junto ao objeto de estudo a situação empírica que me possibilitaria compreender as categorias “etnia” e “territorialidade” a partir dos discursos elaborados por alguns teóricos especificamente aqueles que tratam sobre a história social de Alcântara, as produções construídas pelos agentes sociais, estes que são representados pelo MABE. Desse modo, seria possível a realização de uma análise acerca das categorias “etnia” e “territorialidade”, observando como estas foram construídas nesses campos de disputas, seus desnivelamentos e deslocamentos dinâmicos nos discursos.

Ressalto que não se trata apenas de mapear os conceitos de “etnia” e “territorialidade”, mas desenvolver uma reconceitualização para a construção da história social dessas categorias, observando como foram se deslocando de modo dinâmico nos discursos. Notadamente compreendê-las dentro de um campo de disputas que cerceiam e controlam os discursos sociais observando que “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas, aquilo pelo que se luta, o poder de que queremos nos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p. 10). Busco a partir da análise das construções científicas sobre Alcântara entender os deslocamentos conceituais e como esses deslocamentos são fundamentos das lutas em defesa do território.

Compreender como os integrantes do MABE para defender seus territórios, dialogam com uma noção de etnia que ultrapassa a noção de raça e de uma noção de território

que ultrapassa a noção de terra como recurso natural. Conforme veremos, estas construções teóricas estão travando uma luta corporificada na noção de “decadência” que é revista. Fundamentalmente, o trabalho dialoga com conceitos e correlaciona a luta dos quilombolas organizados no MABE como uma luta em defesa do território étnico.

Compreendo que esse objeto de estudo possui relevância por duas razões especificadas a seguir. Em primeiro lugar, por despertar a análise acerca das categorias de “etnia” e “territorialidade” além de outras categorias de entendimento como “identidade”, observando-as em diversos espaços sociais, destacando que tais “[...] categorias ou conceitos imprimem inteligência ao ‘dado’ captado por nossa sensibilidade através de suas formas” (OLIVEIRA, 1997, p. 30).

“Etnia” e “territorialidade” enquanto categorias de entendimento constituídas por uma relevância política desempenham um papel preponderante na compreensão de outras categorias como identidade e movimentos sociais, dentre outras, propiciando o desenvolvimento de um campo privilegiado de indagações capazes de promover uma articulação entre pesquisa empírica, aqui representada pelo estudo do MABE, e reflexão teórica, que possibilitará indicação de análises de alguns autores que discutem sobre suas significações atuais.

Ressalto ainda que tal análise apresenta-se como demasiadamente complexa na medida em que aborda o estudo de representações coletivas constituídas social e historicamente, que se interligam tornando a abordagem antropológica um permanente desafio à pesquisa.

Em segundo lugar por objetivar a realização da construção social das categorias “etnia” e “territorialidade” por meio da análise de discursos produzidos e apropriados por agentes sociais em variados contextos, que imprimem em suas ações interesses específicos que refletem seus anseios peculiares organizados a partir do seu lugar próprio e de seus desafios pela legitimação de suas reivindicações. Ressalto que, essas categorias apesar de serem construídas inicialmente a partir de um viés acadêmico, são repensadas, juntamente com a noção de decadência, ao serem discutidas por autores contemporâneos, possibilitando o rompimento com os paradigmas primordialistas e auxiliando na compreensão de estratégias de luta dos agentes sociais pela reivindicação de suas territorialidades específicas.

Nesse sentido, faz-se necessário analisar os novos discursos elaborados e apropriados pelos movimentos sociais como instrumentos de legitimação das formas de mobilização que se renovam frente às situações antagônicas onde novas denominações são

construídas e “[...] espelham um conjunto de práticas organizativas que traduzem transformações políticas mais profundas na capacidade de mobilização destes grupos face ao poder do Estado e em defesa dos territórios que estão socialmente construindo” (ALMEIDA, 2008b, p. 89). Ressaltamos que, a reconstrução dessas categorias de entendimento pelo grupo social vai além de estratégia de legitimação do discurso, possibilitando novas formas de mobilização, o fortalecimento da “fronteira” e uma nova apropriação do espaço com a permanência de reivindicações coletivas redefinidas por meio de uma mobilização continuada.

O MABE, movimento fundado em julho de 2001 e que congrega representações de pelo menos 139 povoados, localizados nos 62 mil hectares da área desapropriada para instalação do CLA⁹ reúne, em minha percepção, elementos fundamentais para a análise das categorias “etnia” e “territorialidade” por representar essa nova compreensão acerca de movimentos sociais na medida em que congrega agentes sociais dos povoados de Alcântara mobilizados a partir de diferentes “territorialidades específicas”¹⁰ que se organizam por laços de coesão para consolidar ações contra a implantação da base militar numa “[...] complexidade de elementos identitários, próprios de autodenominações afirmativas de culturas e símbolos, que fazem da etnia um tipo organizacional” (BARTH, 2000, p. 26). Como as categorias “etnia” e “territorialidade” foram construídas por esse grupo e como estão sendo operacionalizadas? A ressignificação das categorias “etnia” e “territorialidade” promoveu o fortalecimento das fronteiras do grupo? Quais as formas de mobilização promovidas pelo MABE?

Outro elemento de destaque diz respeito às identidades étnicas por meio das quais os agentes sociais se categorizam por meio de planos organizativos de relações sociais, agrupando inúmeros povoados, designados como “*terras de santo, terras de santa, terras de santíssimo, terras de santíssima, terras de santistas, terras de caboclo e terras de preto*”¹¹. Aqui, temos uma série de “[...] categorias classificatórias que apontam características intrínsecas e plurais da identidade étnica dos agentes sociais em questão” (ALMEIDA, 2006b, p. 52). Outros fatores serão analisados nesse espaço potencialmente relevante, levando-se em

⁹O Centro de Lançamento de Alcântara, nos anos 80, desapropriou cerca de 3 mil famílias constituídas por pescadores, agricultores, extrativistas, pequenos comerciantes e artesãos. Segundo Pereira Junior (2009, p. 22) cerca de 300 famílias foram remanejadas para 23 povoados denominados agrovilas, estes com formações históricas distintas acirrando os conflitos internos.

¹⁰Condizem com as novas formas de organização e autodefinição dos sujeitos sociais. Para Almeida (2008a, p.120) em verdade tem-se a construção de identidades específicas junto com a construção de territórios específicos.

¹¹Destaco aqui, em itálico, por compreender que são categorias específicas construídas pelo grupo em análise.

consideração as mobilizações dos agentes sociais e suas organizações a partir das diferenças étnicas. Apresento no subtópico abaixo as escolhas metodológicas que nortearam essa pesquisa, apontando como se deu a estruturação do trabalho de campo, a escolha dos entrevistados e análise dos depoimentos dos agentes sociais do MABE.

2.2 Sobre os procedimentos metodológicos

Desenvolver uma pesquisa constitui-se um ato complexo em que a definição do método a ser utilizado deve ser pensada como um instrumento que possibilite amenizar as dificuldades recorrentes que norteiam o processo de produção intelectual. O ato de pensar acerca de um objeto de estudo deve ignorar as pré-construções naturalizadas que “[...] funcionam como instrumentos inconscientes de construção” (BOURDIEU, 2007, p. 39). O “modus operandi”¹² a ser desenvolvido na pesquisa deve relacionar-se de modo singular aos mecanismos do universo social no qual o objeto de estudo está inserido.

Outro desafio constante que marca o processo de produção intelectual diz respeito à extrema vigilância das condições de utilização das técnicas, de sua adequação ao problema proposto e às condições necessárias ao seu emprego. A pesquisa deve ser pensada a partir de um rigor científico por se tratar de um processo demasiadamente complexo e cabe ao método aplicado à orientação dos instrumentos teóricos a serem utilizados, não se aplicando a rigidez metodológica que comumente acomete as pesquisas.

Pretendo aqui, desenvolver a “objectivação participante”¹³ proposta por Bourdieu (2007, p. 51) ao realizar uma vigilância epistemológica constante na tentativa de promover uma

[...] ruptura com as aderências e as adesões mais profundas e mais conscientes, justamente aquelas que, muitas vezes, constituem o ‘interesse’ do próprio objecto estudado para aquele que o estuda, tudo aquilo que ele menos pretende conhecer na sua relação com o objecto que ele procura conhecer.

As aproximações sucessivas com o objeto de estudo promoveram uma redefinição ou reconstrução da pesquisa na medida em que se compreende que a análise se constrói de modo gradual, por meio das situações que surgem pelo contato direto com os

¹² Segundo Bourdieu (2007, p. 33), esta expressão denota a realização social prática do método a ser utilizado na pesquisa.

¹³ Esta prática metodológica não deve ser confundida com a objectivação participante considerada por Bourdieu (2007, p. 51) como uma “análise de uma falsa participação num grupo estranho”.

agentes sociais envolvidos. Isso permitiu ultrapassar as fronteiras das entrevistas formais estruturadas anteriormente, reconhecendo a importância da desconstrução do discurso, da análise das expressões dos entrevistados, do silêncio diante de alguns questionamentos, estes decorrentes da indignação ou da emoção de retratarem suas lutas, conquistas e perdas.

A pesquisa fora iniciada com a análise de formas discursivas de alguns teóricos que abordam as categorias “etnia” e “territorialidade” em suas produções. Essa abordagem teórica possibilitou uma reflexão acerca dos instrumentos analíticos que norteiam a fundamentação e o desenvolvimento da pesquisa. Paralelo a essa análise, estão sendo desenvolvidos trabalhos de campo sistemático junto aos agentes sociais que compõem o MABE, com realização de entrevistas e observação direta das situações.

A “rede de relações” construída por meio da minha inserção anterior no âmbito da pesquisa fora de fundamental importância para que eu fosse me situando junto ao objeto de estudo. Particpei do “II Seminário das Comunidades Quilombolas de Alcântara: pela garantia do território e o fortalecimento da identidade étnica das comunidades quilombolas”. Este seminário realizado em Alcântara no período compreendido entre os dias 1º a 3 de setembro de 2011 rememorou os 30 anos de luta frente ao conflito das comunidades quilombolas e a Base Espacial, destacando a importância da realização do “I Seminário das Comunidades Quilombolas de Alcântara intitulado Alcântara: A Base Espacial e os Impasses Sociais” como marco importante para a organização da proposta inicial que organizaria o MABE enquanto movimento representativo das comunidades quilombolas do território étnico de Alcântara.

Acompanhei ainda, a participação de alguns agentes sociais / pesquisadores do MABE na 64ª reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) nas conferências intituladas “A Base Espacial e as Comunidades Quilombolas em Alcântara, O Programa Espacial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável e Povos e Comunidades Tradicionais atingidos por Projetos Militares”. Essa reunião anual da SBPC realizou-se no período de 22 a 27 de julho de 2012, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e teve a participação dos quilombolas Leonardo dos Anjos e Danilo Lopes, demonstram um resultado positivo da ação de mobilizações do MABE no intuito de visibilizar o conflito desencadeado a partir da implantação do CLA.

A observação direta realizada no decorrer das conferências propiciou o estabelecimento de uma análise acerca das informações prévias sobre o objeto de estudo. Os depoimentos dos agentes sociais que compõem o MABE foram registrados e analisados posteriormente, como estratégia utilizada para amenizar o caráter arbitrário comumente

presente nas entrevistas. Os depoimentos analisados incluem o Sr. Leonardo dos Anjos, quilombola da comunidade Brito, coordenador do MABE e pesquisador do PNCSA; o Sr. Samuel Araújo Moraes, quilombola da comunidade Baixa Grande, militante do MABE e do STTR e a Sra. Leandra de Jesus Silveira, quilombola da comunidade Pepital, militante do MABE.

As análises prévias acerca do objeto de estudo foram demasiadamente significativas para fundamentar as entrevistas realizadas posteriormente. A condução das entrevistas se deu a partir de uma rede de relações construída anteriormente proporcionando uma familiaridade com os agentes sociais que demonstravam uma postura solidária para com o desenvolvimento da pesquisa.

A escolha dos entrevistados esteve associada intimamente com essa rede de relações construída no âmbito dos trabalhos desenvolvidos pelo PNCSA. Foram realizadas entrevistas com o Sr. Danilo da Conceição Serejo Lopes, quilombola da comunidade Canelatiua, militante do MABE, bacharel em Direito e pesquisador do PNCSA e com a Sra. Dorinete Serejo Morais, quilombola da comunidade Canelatiua, coordenadora do MABE e agente de saúde no município de Alcântara. No decorrer das entrevistas procurei explicitar o sentido da pesquisa de modo geral numa tentativa de estabelecer uma “comunicação não violenta” nos moldes da abordagem de Bourdieu (2008, p. 695) que enfatiza a importância de “instaurar uma relação de escuta ativa e metódica, tão afastada da pura não-intervenção da entrevista não dirigida, quanto do dirigismo do questionário. Postura de aparência contraditória que não é fácil de se colocar em prática.”

Busquei utilizar os conhecimentos prévios acerca do objeto de estudo para realizar intervenções pertinentes no decorrer das entrevistas, respeitando a densidade e intensidade do discurso dos entrevistados, assumindo assim, uma postura de questionar interiormente minhas próprias inquietações para posteriormente, externá-las com maior clareza. Desse modo, não apliquei questionários aos entrevistados, mas procurei amparar minhas indagações inerentes à pesquisa em um conhecimento prévio acerca das realidades dos problemas enfrentados pelos quilombolas entrevistados.

Outra ação da pesquisa refere-se ao mapeamento das principais estratégias de luta desenvolvidas por esse movimento social, observando como estas têm sido organizadas frente às reivindicações do grupo social aqui analisado.

Vale ressaltar que a proposta metodológica adotada aqui pode ser repensada no decorrer da condução da pesquisa, observando a análise de Bourdieu (2007, p. 28), quando

destaca que o real é relacional e que cada objeto de investigação deve ser construído dentro de seu próprio contexto. Frente a essa observação ressalto aqui as limitações metodológicas dessa pesquisa por se ter uma compreensão de que esta se efetivará a partir do contato direto com os agentes sociais envolvidos e com espaço vivenciado por eles. Tais limitações se estendem à análise das produções teóricas acerca de Alcântara apresentada nos capítulos seguintes, ao passo que não tenho a pretensão de abarcar a gama de produções dos intelectuais que abordam a questão do conflito vivenciado pelos quilombolas em virtude da implantação do CLA.

3 A HISTÓRIA SOCIAL DA PRODUÇÃO TEÓRICA SOBRE ALCÂNTARA

Desenvolver a capacidade de produzir de modo ativo sobre trabalhos intelectuais elaborados anteriormente numa tentativa de compreensão dos instrumentos que foram utilizados em sua produção pode se configurar em um desafio reflexivo¹⁴ exaustivo. Isso se dá diante da necessidade de apreender o jogo de linguagem simbólica desenvolvido pelos autores para sustentar suas produções teóricas sendo necessário entender os vários elementos que compõem esse campo de disputas. Cabe ressaltar, no entanto, que, realizar análises recortadas sobre alguns instrumentos que formam as produções teóricas constitui-se um exercício de reativação do pensamento científico na medida em que não se utiliza os textos teóricos a partir de um caráter contemplativo, mas imprime-se uma nova condição de utilização dessa produção teórica.

A heterogeneidade das versões acerca de um mesmo objeto de análise revela a existência de um debate acirrado em torno do discurso que se materializa nas produções intelectuais, como observa Foucault (1996, p. 9)

[...] a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e distribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Como estratégia de análise dos discursos, faz-se necessário observar os procedimentos de controle e a sua delimitação, desenvolvendo a compreensão sobre a função que este desempenha, seja esta de permanência/repetição ou ruptura/mudança. Essa análise será fundamental para compreensão do debate estabelecido entre os discursos produzidos pelos teóricos que abordam a noção de “decadência” em Alcântara. Uma ressalva a ser feita refere-se ao fato dos “notáveis” ignorarem os grupos étnicos presentes nos territórios. A própria noção de “decadência” reforça a noção de “vazio territorial”. Para os “notáveis” importava a ocupação das terras por grandes plantações, no modelo monocultor e exportador. Isso os levava a classificar as atividades agrícolas praticadas pelos indígenas e quilombolas como entraves ao progresso econômico. Os autores que questionam a noção de “decadência” reproduzida pelos “notáveis”, por sua vez, reconhecem que a desagregação do modelo monocultor de produção agrícola permitiu a permanência dos grupos étnicos e a construção de

¹⁴ Segundo Bourdieu (2007, p. 20), essa capacidade representaria uma condição de acesso a um pensamento realmente produtivo.

categorias de autoatribuição como quilombolas. Vale destacar ainda, a função do autor¹⁵, observando os rituais que acompanham o seu discurso e os instrumentos conceituais utilizados em sua fundamentação teórica.

O desnivelamento existente entre os discursos sobre uma mesma questão abordada demonstra uma parte do jogo simbólico que permeia o processo de sua formulação onde seu autor atribui significação e coerência ao que é dito. De posse dessas reflexões iniciais, pretendo realizar neste capítulo a análise da história social de algumas produções teóricas sobre Alcântara. Não se trata de desvendar a universalidade do discurso, mas colocar em evidência a produção teórica com finalidade analítica, fugindo da mera classificação dos livros no sentido de linearidade e periodização dos fatos. Ressalto que optei pela “noção de livro” e não pela “noção de obra” por compreender que o status de obra imprime à produção teórica de um determinado autor um caráter mais totalizante e assim, demandaria uma análise mais complexa. Desse modo, optei por utilizar o termo “livro” ao me referir especificamente a um material com espaço determinado pelo autor, não significando uma prática reducionista já que,

[...] as margens de um livro jamais são nítidas nem rigorosamente determinadas: além do título, das primeiras linhas e do ponto final, além de sua configuração interna e da forma que lhe dá autonomia, ele está preso em um sistema de remissões a outros livros, outros textos, outras frases: nó em rede. (FOUCAULT, 1996, p. 28).

O livro apesar de apresentado como unidade é resultante de um “feixe de relações”¹⁶ não se reduzindo assim, a uma simples produção dissociada de outros estudos, ao contrário, este evidencia a complexa construção que permeia o campo dos discursos e seus jogos simbólicos de disputas.

Agrupei inicialmente alguns livros específicos de autores relacionados ao recorte temporal que incorporam a “ideia de decadência” econômica, social e política em Alcântara e que elaboraram suas produções teóricas antes da emergência da categoria etnia. Os “notáveis”, expressão classificatória utilizada comumente, para designar alguns desses autores, demonstra que esses possuíam posições sociais privilegiadas favorecendo a propagação de suas ideias e a consagração definitiva de suas escolhas teóricas.

¹⁵ Foucault (1996, p. 28) ressalta que “[...] o autor é aquele que dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real”.

¹⁶ Tal expressão fora cunhada por Foucault (1996, p. 28) na tentativa de relativizar a ideia de unidade que o livro representa, demonstrando que “por mais que o livro se apresente como um objeto que se tem na mão; por mais que ele se reduza ao pequeno paralelepípedo que o encerra: sua unidade é variável e relativa”.

No segundo momento da análise apresento autores referidos a um campo intelectual específico e, em certa medida, inseridos em um debate relativo à inversão da história oficial a partir do questionamento da noção de decadência, seja a partir da produção de uma gama de conhecimento que considera a visão dos agentes sociais. Retomo assim, a noção de Foucault (1996) segundo a qual o livro articula redes de relações sociais.

No segundo capítulo apresento inicialmente um teórico que trabalha a partir de uma modalidade de interpretação que privilegia o debate acerca da história social do conflito desencadeado pela instalação da Base Espacial em Alcântara, destacando a emergência e o processo de ressemantização das categorias etnia e territorialidade. O autor desse campo intelectual posiciona-se teoricamente contrário à “ideologia da decadência” construída e cristalizada sobre a situação econômica e social de Alcântara e elabora suas produções teóricas articuladas às lutas sociais. Apresento ainda um segundo teórico que também se opõe à “noção de decadência” construída sobre Alcântara, analisando-a a partir dos discursos político, econômico e científico, na construção de uma ideologia imagética na produção dos intelectuais regionais, especificamente os literatos maranhenses.

A análise que marca o terceiro grupo reunindo produções de teóricos mobilizados frente ao conflito com a Base Espacial em Alcântara, representando o refinamento das estratégias de luta social, encontra-se desenvolvida no Capítulo III. Privilegiei destacá-las nesse espaço de produção por entender que estas foram produzidas articuladas ao lugar social dos autores que são quilombolas nascidos em Alcântara.

Cabe ressaltar que, ao agrupar tais produções teóricas, não pretendo realizar apenas uma análise cronológica ou uma classificação orientada pelo gênero da produção. Tal agrupamento se constitui um instrumento analítico capaz de promover as condições de possibilidades necessárias ao desenvolvimento do estudo, observando o recorte temporal antes e depois da instalação da Base Espacial em Alcântara. Ressalto que a complexidade desse objeto de estudo exige uma vigilância metodológica intensa e estratégias de escolha do material a ser analisado, uma vez que após a implantação da Base Espacial em Alcântara, houve um aumento significativo das produções teóricas que discutem os conflitos sociais ocasionados a partir daí.

Nesse sentido, apresento a seguir produções teóricas elaboradas por Jerônimo de Viveiros (1950) em seu livro “Alcântara no seu passado econômico, social e político”, Antonio Lopes (1957) e seu livro “Alcântara: subsídios para a história da cidade” e Josué Montello (1978) com seu livro “Noite sobre Alcântara”, autores que evidenciam a ideologia

da decadência em Alcântara por meio de seus escritos produzidos no âmbito da aristocracia alcantareense, estes referidos a uma abordagem que consagra a ideia de decadência a partir de esquemas interpretativos que se reproduzem na perspectiva dos comentadores regionais. Apresento posteriormente, autores que se contrapõem à noção de “decadência”, respectivamente o antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida (2008a) que produziu o livro intitulado “Ideologia da decadência” e o historiador Wagner Cabral da Costa (2001a) com sua produção teórica *Ruínas Verdes: tradição e decadência nos imaginários sociais*.

3.1 Os notáveis intelectuais e a ideia de decadência em Alcântara

A notabilidade destinada a um autor e à sua obra é construída a partir de relações sociais resultantes de um campo da produção intelectual que congrega em si posições políticas e econômicas que darão legitimidade ao que fora produzido.

O desenvolvimento de esquemas de pensamentos resulta das construções de outros intelectuais, não se constituindo numa criação solitária e inovadora no que concerne à elaboração de uma abordagem discursiva. As unidades discursivas comumente são endossadas por outros teóricos que adotam uma espécie de naturalização¹⁷ ao que fora dito anteriormente e os padrões explicativos são cristalizados tornando-se autoevidentes e suficientes para explicar qualquer questão de cunho social.

No que se refere às produções intelectuais de alguns literatos maranhenses responsáveis pela argumentação que sedimenta a intitulada “ideia de decadência”, o que se observa é uma repetição das estratégias de legitimação desses argumentos aliada à prática de institucionalização das produções no intuito de legitimar o discurso em voga. Para Bourdieu (2007, p. 10), “[...] as ideologias, por oposição ao mito, produto coletivo e coletivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar-se como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo”.

No intuito de refletir sobre a construção teórica que fundamenta a “ideia de decadência” especificamente em Alcântara, agrupei três autores, respectivamente, Jerônimo de Viveiros (1950) seu livro “Alcântara no seu passado econômico, social e político”, Antonio

¹⁷ Nesse processo, a argumentação desenvolvida acerca de um contexto específico apresenta-se como sedimentada, não sendo necessário, se dispor de novas interpretações e abordagens que relativizem o discurso anteriormente elaborado. A função ideológica do discurso deve ser analisada na medida em que esta “tende a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural” (BOURDIEU, 2007, p. 13).

Lopes (1957) e seu livro intitulado “Alcântara: subsídios para a história da cidade” e Josué Montello (1978) e seu livro “Noite sobre Alcântara”.

Apresentarei a seguir um quadro com informações preliminares desses autores na tentativa de situá-los por meio de características singulares referentes à formação acadêmica, livro em destaque, data de publicação do livro, instituições públicas / privadas as quais os autores são vinculados e padrões explicativos em evidência. Destaco que essas informações preliminares são dotadas de significação no âmbito da análise desses livros por fornecerem subsídios para uma reflexão sobre o posicionamento destes no debate.

Não objetivo a realização de uma análise do discurso de modo detalhado já que aponto como pretensão principal elencar alguns dos padrões explicativos e argumentos utilizados pelos autores abaixo especificados, destacando os elementos comuns existentes em suas produções teóricas e como estas se constituem em instrumentos de reprodução da noção de decadência que permeia o entendimento sobre Alcântara. Segue o quadro abaixo com informações preliminares sobre os autores a serem analisados nesta primeira parte do capítulo.

Quadro 1 – Os “notáveis” e a “ideia de decadência” em Alcântara

AUTOR	FORMAÇÃO ACADÊMICA	LIVRO	ANO DE PUBLICAÇÃO	INSTITUIÇÕES/ VÍNCULO	PADRÕES EXPLICATIVOS
Jerônimo de Viveiros	Cursou Direito (Rio de Janeiro) Professor	Alcântara no seu passado econômico social e político	1950	Liceu Maranhense Academia Maranhense de Letras	Utilização de termos imagéticos referidos à ideia de decadência: (opulência destronada, morte, ruínas) x ideia de opulência: (progresso, prosperidade). Alcântara enquanto celeiro do Maranhão.
Antonio Lopes	Bacharel em Direito. Literato, Professor, Jornalista.	Alcântara: subsídios para a história da cidade.	1957	Liceu Maranhense Faculdade de Direito de São Luís	Ideia de decadência x ideia de prosperidade. Enaltecimento das famílias tradicionais aristocratas. Abordagem de cunho evolucionista (ontem – grandeza, hoje – ruína, amanhã – incerto).
Josué Montello	Especialista em Educação. Literato	Noite sobre Alcântara	1978	Academia Brasileira de Letras. Biblioteca Nacional. Universidade Federal do Maranhão.	Abordagem utilizando recursos imagéticos (ruínas, solidão, agonia). Alcântara enquanto celeiro do Maranhão.

Fonte: A autora.

A “ideia de decadência” apresenta-se como elemento marcante em um número significativo das produções teóricas que tratam da situação social de Alcântara no recorte

temporal que abrange os séculos XIX e XX. Tal argumento fora exaustivamente repetido nos livros produzidos pelos intitulados “notáveis” da literatura maranhense que reforçavam a interpretação de decadência econômica em Alcântara na medida em que tornava esse discurso institucionalizado em suas publicações.

Há outros autores além dos citados no quadro acima que produziram seus trabalhos mais relevantes no período compreendido entre 1813 e 1822, sendo comumente retratados nas publicações como patronos¹⁸ e respaldados pelo Instituto Geográfico do Maranhão. Dentre esses autores destacam-se respectivamente Raimundo José de Sousa Gaioso (1970), que escreveu no início de 1813 o livro intitulado “Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura de Maranhão”; João Antonio Garcia de Abranches (1822), que produziu no ano de 1822 o livro “Espelho Crítico-Político da Província do Maranhão”; e, Francisco de Paula Ribeiro (1872), que produziu em 1872, o livro intitulado “Itinerário da Província do Maranhão”.

A “ideia de decadência” constituída sobre Alcântara é enfatizada em documentos e pronunciamentos oficiais produzidos por intelectuais diversos que narravam à situação econômica e social da região a partir da utilização de pressupostos comuns como a abordagem efusiva à decadência da lavoura que teria sido desencadeada dentre outros fatores, pela falta de capitais, falta de terras apropriadas ao cultivo, falta de mão de obra e falta de conhecimento dos profissionais envolvidos na atividade agrícola.

Os parâmetros explicativos são retomados na maioria das produções que versam sobre as condições sociais e econômicas da província. Desse modo, cristalizou-se essa abordagem discursiva acerca da “ideia de decadência”, o que se coloca como um obstáculo a um entendimento da situação da produção agrícola e dos grupos envolvidos nesse processo produtivo, na medida em que essas evidências são transformadas em afirmações inquestionáveis que continuam a ser reproduzidas de forma reducionista.

Como interpretes posteriores aos intitulados patronos mencionados anteriormente, destaco inicialmente, Jerônimo de Viveiros e seu livro intitulado “Alcântara no seu passado econômico, social e político” elencado como um autor que enfatiza a “ideia de decadência”.

Nascido em São Luís a 11 de agosto de 1884, filho de Maria Francisca e Jerônimo José Viveiros, era descendente de barões escravocratas que possuíam casas e fazenda em Alcântara. Coursou sua educação básica em São Luís. Ingressou no curso de Direito no Rio de Janeiro, mas não o concluiu. Retornou a São Luís onde foi professor do Liceu Maranhense

¹⁸ Esses autores eram apresentados como personalidades e representavam as figuras tutelares da historiografia regional.

onde ministrou a disciplina História Universal. Tornou-se membro da Academia Maranhense de Letras em 24 de fevereiro de 1950. Publicou outras obras dentre elas destaque para “História do Comércio do Maranhão” (VIVEIROS, 1954).

Viveiros inicia sua produção teórica acerca de Alcântara citando um soneto de Agostinho Reis intitulado “Alcântara” publicado na Revista do Norte, em 16 de fevereiro de 1902, evidenciando a “ideia de decadência” que assolara Alcântara.

Banhada pelo mar que brame e chora / Em turbilhão de amor na branca praia, / Como a virgem que cora e desmaia, / Tu ostentas, terra minha, doce aurora! / Em ti viveu minh'alma e vive, embora / Distante do teu seio, em outra raia / Quer a noite fulgure, que descaia, / Tua imagem no meu peito sempre mora. / Rainha da opulência destronada, / Tu tens por fausto – o mar; por trono – o nada; / Grandezas que te restam do passado... / Tudo roubou-te, tudo, a negra sorte! / Parece que os teus passos segue a morte, / Como segue a desgraça ao desgraçado! (VIVEIROS, 1950, p. 14).

Viveiros realiza uma abordagem que descreve a formação de Alcântara desde a sua origem enquanto aldeia de Tapuitapera¹⁹, demonstrando como eram estabelecidas suas relações sociais nos primeiros anos do núcleo colonial da vila. Ressalta a importância da vila no que tange às transações econômicas realizadas com São Luís e destaca que

[...] progresso verdadeiramente tangível só se observa em Tapuitapera depois de 1648 quando a aldeia, cabeça da Capitania, foi elevada à categoria de vila, com o nome de Alcântara sob a invocação do apóstolo São Matias. (VIVEIROS, 1950, p. 25).

Em continuidade à perspectiva de evolução, Viveiros (1950) destaca que Alcântara tornou-se o celeiro do Maranhão por “obra exclusiva de seus colonos, gente boa e laboriosa, criada no trato da terra lusitana e já radicada às terras fortes alcantarenses”. Tal abordagem discursiva será legitimada ao longo de sua produção, fundamentando-se a “ideia de prosperidade” advinda principalmente, segundo o autor, a partir da implantação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão²⁰, marco decisivo para o “progresso” de Alcântara.

Esta companhia, que se inaugurava debaixo de protestos, ia fazer a felicidade do Maranhão e do Pará, que tiveram na era colonial, um período de magnífico esplendor. Em verdade, a influência da companhia foi decisiva. Introduzindo braços africanos, sementes de arroz de Carolina para substituir o arroz vermelho nativo, melhores processos de cultura de algodão,

¹⁹ Segundo VIVEIROS (1950, p. 15), “na história do Maranhão, Alcântara precedeu à cidade de São Luís”. Recebia o nome de Tapuitapera, ou seja, terra dos Tapuios, grande aldeia dos índios tupinambás.

²⁰ Criada pelo Marquês de Pombal na segunda metade do século XVIII, especificamente em 1755, destinava-se a controlar e fomentar a atividade comercial do Maranhão.

ferramentas, máquinas de descasque de arroz, adiantamentos de dinheiro, tudo a longos prazos, para pagamento em gêneros, fez crescer a produção do estado rapidamente. (VIVEIROS, 1950, p. 58).

A Companhia de Comércio transformou a nossa penúria em fartura, a nossa pobreza em riqueza. Deve-lhe o Maranhão o surto de progresso que desfrutou nos últimos quarenta anos do período colonial e que todos os historiadores consideram notável. (VIVEIROS, 1950, p. 74).

Seguindo uma cronologia definida por uma abordagem cíclica que compreenderia os anos de 1865 a 1870, Jerônimo de Viveiros elenca, de modo breve, no Capítulo XII de seu livro os elementos de caráter econômico que teriam desencadeado o processo de decadência em Alcântara. Evoca a expressão de Monteiro Lobato “Nesses lugares não se conjugam verbos no presente. Tudo é pretérito” no intuito de tornar evidente a questão da decadência e arremata sua concepção afirmando que “Assim, do esplendor do passado só restam tristes ruínas, que desapareceriam, num futuro próximo.” (VIVEIROS, 1950, p. 90).

Seguindo a análise dos autores que incorporam a “ideia de decadência” em Alcântara apresento Antonio Lopes e seu livro “Alcântara: subsídios para a história da cidade” com sua primeira edição publicada em 1957 (LOPES, 1957), junto a uma série de publicações²¹ do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Cabe observar que, as versões elaboradas por estes intérpretes apresentam-se constantemente subordinadas às versões oficiais fixadas anteriormente pelo campo de poder construído pelos chamados autores - fontes e o simples ato de citá-los demonstra uma reafirmação segura do que fora dito anteriormente legitimando a nova produção escrita.

Antonio Lopes da Cunha nasceu em Viana – MA, em 25 de maio de 1889. Era filho de Manuel Lopes da Cunha e Maria de Jesus Sousa Cunha, iniciou seus primeiros estudos ainda em Viana. O curso secundário fora concluído em São Luís e em 1911, formou-se em Direito na Faculdade de Direito de Recife. Começou sua vida literária por meio da Revista Vianense, foi jornalista e professor do Liceu Maranhense e da Faculdade de Direito de São Luís.

Em seu livro “Alcântara: subsídios para a história da cidade”, Antonio Lopes (1957) elenca os fatores da formação histórica da cidade desde o período da presença dos franceses no Maranhão, narra sobre os transportes marítimos e suas dificuldades, enaltece os ilustres das famílias tradicionais que ali habitavam, destacando os aspectos políticos e

²¹ Nesta série, constam as publicações das obras de Manuel Bandeira e Aires da Mata Machado Filho que retratam respectivamente subsídios para a história das cidades mineiras de Ouro Preto e Diamantina.

econômicos permeados pela noção de decadência. Já no Capítulo I nominado “Formosa da Barra” o autor realiza uma descrição da viagem de São Luís a Alcântara, destacando que,

Eis-nos, enfim, em Alcântara, a cidade que morre, ou melhor, “a velha cidade morta”, “de templos derruídos e casarões destelhados” como escreveu Raimundo Lopes, que bem lhe compreendeu “a poesia do passado, da grandeza perdida, das relíquias veneráveis, vítimas não do tempo, mas da incúria e do vandalismo dos interesseiros negociadores do espólio de uma prosperidade que se foi.” (LOPES, 1957, p. 17).

Em vários trechos do livro como demonstrado acima, o autor recorre aos escritos de seu irmão Raimundo Lopes que em seu livro “O Torrão Maranhense” (LOPES, 1916) referenda a “ideia de decadência” em Alcântara ao compará-la às cidades de Olinda e Recife, demonstrando que São Luís representava uma cidade de caráter comercial e burocrático, enquanto Alcântara se resumia a uma cidade representativa da aristocracia rural. Em seus escritos destaca que,

De longe, revemo-la com amor, num crepúsculo de emoções que suaviza os contornos da realidade dolorosa; e através da meditação, que é o caminho da sabedoria, e através da saudade, que é mãe da emoção mais duradoura e espiritualizada, transportamo-nos às ruas e às ruínas verdes de Alcântara (LOPES, 1957, p. 9).

Antonio Lopes (1957) reforça no decorrer do livro a “ideia de decadência” a partir da construção de representações que ressaltam a “ideia de prosperidade”, revelando uma concepção cíclica da história na qual os fenômenos são dispostos por meio de uma ordem e regularidade, elementos típicos de uma abordagem de cunho evolucionista.

Alcântara, como a cidade de Duarte Coelho, é hoje uma relíquia do passado, depois de ter progredido rapidamente, alcançando também mais riqueza e esplendor, a julgar pelo seu templo do Carmo, sua “casa dourada”, hoje desaparecida, e o que vetustas ruínas aqui existentes atestam do caráter artístico de alguns de seus edifícios, em contraste com a arquitetura quase tão somente burguesa da capital maranhense. Há mais de uma lição profunda a beber nas pedras destas ruínas, por esta Rua da Amargura que faz pensar tão amargamente no contraste entre o passado e o presente da cidade e no seu incerto futuro. Ontem uma grandeza, hoje uma ruína. Amanhã o que será? (LOPES, 1957, p. 18, grifo nosso).

Outro elemento que cabe ressaltar como importante na elaboração da produção de Lopes é o exercício constante da evocação de outros autores que coadunam com a noção da decadência em Alcântara. Como fora citado anteriormente, Lopes (1957) utiliza trechos de produções do seu irmão Raimundo Lopes no intuito de referendar sua concepção de

decadência. Outro discurso utilizado para legitimar essa concepção é do poeta alcantareense Túlio Gouveia Pimentel Beleza, que escreveu em meados do século XIX sobre Alcântara,

Assim tu és, Alcântara: em tuas praças / Outrora estreitas para imenso povo / Que nelas, ledos e fartos, se apinhava, / Rugindo sedas que da Europa em câmbio / Dos frutos do teu solo então nos vinha, / Oras desertas, reptis se cruzam / Por entre bastas moitas, bem medradas, / De verde mato, que a indolência ampara / teus denegridos templos ermam, tristes, / Bem diversos de outrora, e alguns por terra / Desmoronados jazem. (LOPES, 1957, p. 311).

Como se observa, os intérpretes compartilham de concepções semelhantes ao idealizar o passado de Alcântara, reproduzindo visões representativas comuns que enaltecem os grupos sociais a que pertencem.

Sigo a análise acerca da “ideia de decadência” em Alcântara apresentando “Josué Montello” (1978) e seu romance intitulado “Noite sobre Alcântara” produzido em 1978. “Josué de Sousa Montello” nasceu em São Luís em 21 de agosto de 1917. Iniciou seus estudos em São Luís – MA, concluindo seu curso secundário em Belém-PA. Em dezembro de 1936, se especializou em Educação no Rio de Janeiro. Em 1954, tornou-se membro da Academia Brasileira de Letras, onde fora presidente. Também ocupou o cargo de diretor da Biblioteca Nacional e foi reitor da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Faleceu em 15 de março de 2006 na cidade do Rio de Janeiro. Dentre suas outras publicações destacam-se “Os degraus do Paraíso”, “A décima noite” e “Os tambores de São Luís”.

Montello (1978) destaca logo nas páginas iniciais do romance uma narrativa imagética construída sobre a “ideia de decadência” e morte de Alcântara.

Quando esta geração passar, e outra vier, e mais outra, talvez só haja ruínas onde ainda hoje se alteiam os velhos sobrados em Alcântara, rodeados de silêncio e solidão. Vejo de perto, mais uma vez, a resignada cidade imperial, depois de tê-la olhado de longe com os meus olhos de menino, e sinto-lhe, emocionado, a vagarosa agonia. Dói reconhecer, mas não posso calar: a Alcântara senhorial, que viu passar nas suas ruas retilíneas os orgulhosos palanquins doirados, está-se acabando. Morre devagar, dia por dia, hora por hora, silenciosa e esquecida. (MONTELLO, 1978, p. 11).

Sobre as calçadas debruçam-se as sacadas de ferro que guarnecem as janelas vazias. As fachadas imponentes, com as rótulas sempre cerradas, como que ficaram cegas, e agora não se barem nunca, indiferentes à luz do sol ou à claridade do luar. Nas portas de andiroba, aroeira e maçaranduba, as aldrabas de bronze deixaram de bater. Onde estão as enormes chaves de ferro destas ferraduras? (MONTELLO, 1978, p. 12).

A nostalgia do passado é ressaltada no decorrer da obra que exalta o passado colocando-o como irrecuperável em sua plenitude.

Não era a primeira vez, depois de seu regresso, que Natalino ouvia falar nesse tom de desalento sobre as fazendas de Alcântara. Mas, como via a cidade tranquila, com muitas carruagens nas ruas, festas, as igrejas cheias, sobrados iluminados, atribuíra os rumores da crise a uma situação passageira, e procurou explicá-la com o sucessivo rigor de alguns estios prolongados. Agora, penetrando o interior das terras, já havia encontrado quatro casas de sítio fechadas e em ruínas, com o mato denso a crescer à sua volta, como se fosse afogá-las. Estariam as fazendas assim, convertendo-se em taperas? E logo lembrou que no porto de Alcântara, o movimento de barcos e igarités de pesca havia sensivelmente diminuído. No entanto, antes de sua partida para o Sul, era ali o principal celeiro da Província, com muitas embarcações ancoradas, outras chegando, outras partindo, os carros de boi chiando nos caminhos, muitos negros com paus de carga no ombro. (MONTELLO, 1978, p. 120, grifo nosso).

Observa-se acima a retomada da ideia de Alcântara enquanto celeiro do Maranhão, perspectiva construída anteriormente na narrativa de Viveiros. A movimentação dos portos e a circulação dos produtos serviam de base para esses autores fornecendo-lhes material discursivo acerca do desenvolvimento da lavoura em Alcântara e da “ideologia das ausências”, elemento explicativo recorrente nas produções escritas desse período.

Os carros de boi que vinham buscar o açúcar e a farinha, para embarcar para São Luís, deixaram de aparecer por aqui. Perdemos três safras, uma trás da outra. Cansei de mandar recado para o Visconde, e ele não me apareceu. Começou a faltar ferramenta; a roda do moinho quebrou; até o sal acabou. Dos cento e doze negros que eu tinha, hoje só tenho seis, e assim mesmo com dois no fundo da rede. (MONTELLO, 1978, p. 123, grifo nosso).

Os significados da decadência estão presentes durante toda a narrativa do romance de Montello (1978) que ao introduzir cada capítulo utiliza-se de trechos de produções de escritores do seu campo intelectual numa tentativa de referendar a situação de decadência vivenciada por Alcântara. O excerto sublinhado acima permite destacar que a ideia de decadência reproduzida por Montello (1978) está intimamente associada à questão da escravidão dos negros. A opulência vivenciada outrora em Alcântara, segundo esse autor, estava relacionada à intensa movimentação nos portos da cidade e ao número de fazendas e escravos pertencentes às famílias dos aristocratas alcantarenses.

Em continuidade a análise do romance de Montello, observa-se que na primeira parte, o autor cita Souza Andrade²² e suas “Harpas Selvagens” (1857), “Eu careço de amar, viver

²² Joaquim de Sousa Andrade nasceu em 1832, em Guimarães – MA. Poeta adotou o nome Souza Andrade após suas primeiras publicações.

careço / Nos montes do Brasil, no Maranhão / Dormir aos berros da arenosa praia / Da ruínosa Alcântara...”. (MONTELLO, 1978, p. 18).

A segunda parte do romance é aberta com o seguinte trecho de Odylo Costa Filho²³ em seu livro intitulado “Maranhão: São Luís e Alcântara” (1971). “Recuso-me a pensar em Alcântara como cidade morta. Que hei de fazer? Não consigo” (MONTELLO, 1978, p. 134).

Na terceira parte, Montello (1978) cita Agostinho Reis e sua “Alcântara”, trecho já apontado anteriormente por Viveiros (1950). Segue trecho: “Rainha da opulência destronada, / Tu tens por fausto – o mar; por trono – o nada: Grandezas que te restam do passado...”. (MONTELLO, 1978, p. 218).

A quarta parte traz como destaque os versos de Túlio de Gouveia Pimentel Beleza²⁴ em seu livro “Alcântara” que diz: “Quando é triste / Ao pálido clarão de luar de inverno, / Entre montões de derrocados muros, / Ir passadas grandezas contemplar!”. (MONTELLO, 1978, p. 272).

Montello (1978, p. 323) inicia a quinta parte do romance citando Antonio Lopes e seu livro denominado “Alcântara” em que ressalta

Adeus, Alcântara, com a tua água fresca e leve da Mirititua, os teus cravos cheirosos, as tuas praias alvinitentes, a beleza dos teus luars, a singeleza da tua vida, o teu povo amável, as tuas moças esbeltas, trigueiras, de olhos líquidos, flores entre ruínas, o esplendor e altivez do teu passado em contraste com o apagado e a humildade do teu presente.

Priorizei citar trechos de abertura de cada parte do romance de Montello (1978) para demonstrar a função do discurso dos autores intérpretes da ideia de decadência em Alcântara. Estes, citados anteriormente, destinam às suas produções teóricas um caráter de permanência e repetição da abordagem discursiva sobre a decadência na medida em que se apropriam desse discurso, compartilham citações, utilizam os mesmos padrões explicativos, fazendo-o constituinte de uma unidade discursiva homogeneizante capaz de explicar ainda na contemporaneidade as situações vivenciadas em Alcântara. Sigo a análise acerca da ideia de decadência em Alcântara apresentando a seguir o segundo grupo de teóricos, estes que promovem por meio de suas produções discursivas uma relativização da ideologia da decadência, apontando um instrumento analítico que rompe com as interpretações construídas pelos intitulados notáveis.

²³ Nasceu em São Luís em 1914. Tornou-se membro da Academia Brasileira de Letras em 1953.

²⁴ Poeta alcantarenses produziu seu livro “Alcântara” em meados do século XIX.

3.2 A desconstrução da ideologia da decadência em Alcântara

Os classificadores e comentadores responsáveis pela “ideia de decadência” em Alcântara desenvolveram suas unidades discursivas como alheias à dinâmica das representações sociais, cristalizando suas produções escritas por meio da utilização recorrente das instituições públicas e academias a que estavam ligados, repetindo os rituais de legitimação e institucionalização do campo intelectual a que pertenciam. Esse esquema de pensamento que privilegia os mesmos mecanismos de explicação reforça a noção de história linear, datada e não se refere aos diferentes segmentos sociais que estão em jogo. Assim, partindo-se da perspectiva destes esquemas interpretativos desenvolvem-se as condições para que se estabeleçam as continuidades e monotonias que envolvem estas unidades discursivas, tornando-as autoevidentes, dificultando a compreensão dos seus desdobramentos por serem tidas como afirmações inquestionáveis.

O exercício de compreensão dessa unidade discursiva, aqui especificamente sobre a “ideia de decadência” em Alcântara, exige o desenvolvimento de um instrumento analítico capaz de por em suspenso²⁵ esse padrão de explicação que se apresenta como recorrente na historiografia regional, integrando um esquema de pensamento confirmado desde o início do século XIX e comumente utilizado na produção intelectual contemporânea. Trata-se de promover uma análise do campo discursivo na tentativa de desenvolver uma compreensão acerca das condições de sua existência, observando seus limites e as correlações que o permeia e o faz reativá-lo, como demonstra Foucault (2012, p. 35) a seguir,

[...] fazer aparecer, em sua pureza, o espaço em que se desenvolvem os acontecimentos discursivos não é tentar restabelecê-lo em um isolamento que nada poderia superar; não é fechá-lo em si mesmo; é tornar-se livre para descrever, nele e fora dele, jogo de relações.

Desse modo, numa tentativa de dar continuidade ao exercício complexo de análise das interpretações relativas à “ideia de decadência” em Alcântara, sigo apresentando em contraposição aos autores intitulados como “notáveis” analisados anteriormente, o livro intitulado “A Ideologia da Decadência”, produzido pelo antropólogo “Alfredo Wagner Berno de Almeida” (ALMEIDA, 2008a). É professor visitante dos Programas de Pós Graduação

²⁵ Para Foucault (2012, p. 26), “[...] é preciso por em questão, novamente, as sínteses acabadas, esses agrupamentos que, na maioria das vezes, são aceitos antes de qualquer exame, esses laços cuja validade é reconhecida desde o início; é preciso desalojar essas formas e essas forças obscuras pelas quais se tem o hábito de interligar os discursos dos homens; é preciso expulsá-las da sombra onde reinam.”

“Sociedade e Cultura na Amazônia e Antropologia Social” da Universidade Federal do Amazonas - UFAM e coordenador dos projetos PNCSA e Processos de Territorialização, Conflitos e Movimentos Sociais da Amazônia.

Apresento ainda, o artigo intitulado “Ruínas Verdes: tradição e decadência nos imaginários sociais” (COSTA, 2001a), produzido pelo historiador “Wagner Cabral da Costa”. O autor é professor assistente do Departamento de História da Universidade Federal do Maranhão-UFMA, mestre em História Social pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e doutorando em História Social pela Universidade Federal do Ceará – UFC.

O quadro abaixo apresenta informações preliminares acerca dos autores e das produções e análise nesta segunda parte do capítulo.

Quadro 2 – Autores que questionam a noção de decadência em Alcântara

AUTOR	FORMAÇÃO ACADÊMICA	LIVRO / ARTIGO	ANO	INSTITUIÇÕES / VÍNCULO	PADRÕES EXPLICATIVOS
Alfredo Wagner Berno de Almeida	Antropólogo Professor	A Ideologia da Decadência	1982	Universidade Federal da Amazônia Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia Projeto Processos de Territorialização, Conflitos e Movimentos Sociais da Amazônia.	Desconstrução da Ideologia da Decadência. Territorialidades específicas (identidade, produção familiar, afirmação étnica, acesso a terra). Autonomia dos quilombolas e indígenas.
Wagner Cabral da Costa	Historiador Professor	Ruínas Verdes: tradição e decadência nos imaginários sociais	2001	Universidade Federal do Maranhão	Alcântara enquanto cidade texto. Pontos de fixação (ruínas, morte, decadência).

Fonte: A autora.

Alfredo Wagner propõe por meio do livro “Ideologia da Decadência” o desenvolvimento de uma leitura crítica acerca do padrão explicativo da “ideia de decadência” em Alcântara adotado e reproduzido pelos “notáveis”, a partir do estabelecimento de uma “interlocução crítica com os procedimentos classificatórios das instâncias regionais de legitimação” (ALMEIDA, 2008a, p. 12). O autor considera que os “notáveis” dão continuidade às interpretações formuladas no início do século XIX pelos intitulados patronos²⁶

²⁶ Destaque aqui para Raimundo José Souza Gaioso e seu livro “Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura do Maranhão” (1818), Francisco de Paula Ribeiro e seu “Memória sobre as nações gentias que

da historiografia regional, construindo uma “ideologia da decadência” que pauta uma parte significativa da produção intelectual sobre Alcântara. Cabe destacar que os escritos produzidos pelos patronos são classificados comumente pelo campo intelectual maranhense como clássicos, tendo legitimidade atribuída pelo Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM) que conferia a esses intelectuais o status de escritores ilustres. Isso pode ser observado quando Almeida (2008a, p. 20) afirma que,

[...] os estudos produzidos nas primeiras décadas do século XIX por autores consagrados como Gaioso, Garcia de Abranches e Paula Ribeiro comumente classificados, nas histórias literárias e pelas agências de legitimação a nível regional, de patronos e clássicos, instituíram-na como elemento essencial para a compreensão da vida econômica e social da província.

A ligação desses autores com o IHGM ocasionou conseqüentemente, um destaque de seus trabalhos que passaram a ser referendados por outras agências regionais, contribuindo de modo significativo para a legitimação e reconhecimento dos seus escritos, lhes conferindo uma posição privilegiada como figuras tutelares da historiografia regional. Desse modo, seus trabalhos os colocaram na posição de autores - fontes e seu padrão explicativo fora utilizado pelos intérpretes posteriores, os notáveis, que sustentam estas interpretações de modo compulsório demonstrando que,

[...] os esquemas explicativos contidos naqueles textos são reproduzidos sem que se aperceba. Sua circulação torna-se tão difusa que, mesmo sem que se os leiam ou identifique os seus autores, se é levado a repetir as noções básicas de seus esquemas de explicação. (ALMEIDA, 2008a, p. 31).

O padrão explicativo, na medida em que passa a ser repetido nas interpretações posteriores, reveste-se de um caráter coletivo como se fora desenvolvido por um grupo de intelectuais formadores de uma determinada escola de pensamento, com uma ideologia definida de modo objetivo, marcando um posicionamento a partir de interesses específicos daqueles que a produzem. Sobre as disputas ideológicas no campo intelectual observa-se que,

[...] existe quase sempre, em toda sociedade, uma pluralidade de forças sociais, às vezes concorrentes, às vezes coordenadas, que, em razão de seu poder político ou econômico ou das garantias institucionais de que dispõem, estão aptas para impor suas normas culturais a uma fração mais ou menos extensa do campo intelectual, e que reivindicam, *ipso facto*, uma

presentemente habitam o continente do Maranhão” (1819) e João Antonio Garcia de Abranches e seu livro “Espelho Crítico-Político da Província do Maranhão” (1822).

legitimidade cultural, seja para os produtos culturais por elas fabricados, seja para os julgamentos que fazem sobre os produtos culturais fabricados pelos outros, seja para as obras e atitudes culturais que elas transmitem. (BOURDIEU, 2007, p. 127).

A cristalização da abordagem discursiva acerca da “ideia de decadência” em Alcântara se dá principalmente pela exaltação da “decadência da lavoura”, instrumento analítico utilizado de modo exaustivo pelos intérpretes que recorrem a uma periodização capaz de remetê-los aos princípios da lavoura, tal como demonstra Almeida (2008a, p. 44)

[...] nutrindo uma descontinuidade, que institui uma pré-história da agricultura, sem desenvolver um esforço de repensá-la, deixando-a prudentemente em suspenso, corre-se o risco de endossar o oficialismo da época acerca da representação de um tempo histórico e suas respectivas divisões em fases ou períodos.

Esse recurso ideológico se mostra inspirado nos determinismos biológicos e geográficos, onde a ideia de origem nos remete ao evolucionismo na medida em que se reporta a uma unidade discursiva longínqua e linear, sem considerar as práticas produtivas que pautam os demais grupos sociais. A situação histórica da província é interpretada a partir de um processo evolutivo, onde o estado inicial que marca a origem se assemelha ao estado final.

A preocupação em explicar a “decadência da lavoura” apresenta-se evidenciada nas interpretações dos patronos e dos notáveis que acabam por produzir uma ideologia das ausências na medida em que destacam as lacunas que teriam desencadeado a decadência da lavoura. A citação abaixo auxilia na compreensão sobre o sentido de decadência reproduzido pelos patronos.

[...] As interpretações gravitam em torno da ‘falta de conhecimentos profissionais’, ‘falta de capitais’, ‘falta de braços’, ‘falta de comunicações apropriadas’ e ‘falta de terras por causa do gentio’. As ausências é que conferem sentido à decadência. (ALMEIDA, 2008a, p. 22).

Os argumentos que pautam a decadência da lavoura são assim apontados como primordiais para o desenvolvimento de uma explicação plausível, segundo os intelectuais consagrados na historiografia regional, sobre o entendimento das condições sociais e econômicas da província. Os documentos elaborados pela burocracia provincial conservam o sentido de “decadência” e elencam os principais entraves responsáveis pelo estabelecimento desse quadro de ruína e apatia. Tais intérpretes da “ideia de decadência” consideram os índios e os negros como obstáculos à condição de “prosperidade” na medida em que elaboram pré-

noções que classificam os índios²⁷ como equivalentes à última classe dos habitantes da capitania e os negros²⁸, como formadores da quarta classe. A escravatura é apontada como elemento decisivo para a “prosperidade” e a desagregação do sistema escravista apresenta-se como um elemento que impediu o progresso. Segundo Almeida (2008a, p. 53), a produção intelectual,

[...] denota uma exaltação do passado, advertindo, no entanto, que ele é aparentemente irrecuperável em sua plenitude, ainda que se divise como possível uma recuperação em futuro próximo, caso se mobilizem e enfrentem os chamados entraves. Reflete um movimento concreto de certos grupos sociais face às suas condições materiais de existência e trata de alinhar os adversários e os responsáveis maiores pelos obstáculos ao chamado progresso.

Observa-se os instrumentos ideológicos utilizados no sentido de fomentar o desprestígio dos produtores diretos representados aqui neste contexto pelos índios, escravos e pequenos produtores agrícolas. Em contrapartida, se prioriza a exaltação das condições naturais, mediante o destaque da fertilidade do solo e abundância dos recursos naturais, marcando uma nova utilização dos argumentos que pautam os determinismos biológicos e geográficos. Sobre essa questão Almeida (2008a, p. 149) demonstra que,

[...] as noções preconcebidas que produziram em relação aos quilombolas, aos indígenas e aos pequenos produtores agrícolas do sertão classificando-os segundo uma ‘indolência’ e uma ‘ociosidade’ capazes de justificar os mecanismos de imobilização de mão de obra e da implantação do trabalho compulsório, tornam-se versões correntes e espontâneas de usufruto de um público difuso e heterogêneo.

A “ideia de decadência” reproduzida pelos patronos e notáveis apresenta-se assim como que naturalizada e autoevidente, ancorada nesses pressupostos explicativos que são continuamente repetidos contemporaneamente nas interpretações elaboradas sobre a história regional. A perspectiva analítica de Alfredo Wagner Berno de Almeida em seu livro “Ideologia da Decadência” (2008a) aqui em evidência fornece as condições de possibilidades para por em suspenso a “ideia de decadência” cristalizada, ao passo que, este autor revela por meio dos argumentos analisados anteriormente, que a noção de decadência reproduzida pelos patronos e notáveis é resultante da análise exclusiva deste mesmo grupo.

²⁷ Na concepção dos intérpretes, os índios representam obstáculos para o progresso na medida em que são apontados como possuidores das terras mais férteis, no entanto, apresentam uma suposta incapacidade de bem utilizar a riqueza advinda dos recursos naturais.

²⁸ Os escravos são apresentados pelos patronos ora como símbolos da prosperidade, ora como entrave a ela na medida em que representam dívidas aos proprietários de terra pela elevação do preço no processo de sua aquisição.

Ao realizar um exercício analítico que relativize a ideia de decadência em Alcântara será possível compreender que aos descendentes de escravos, índios e os outros grupos que representam os pequenos produtores agrícolas, a decadência traz em si a possibilidade de manutenção nas terras e a construção de noções próprias de territorialidade, que eram ausentes no debate estabelecido pelos “notáveis”. A decadência econômica que assolara Alcântara desde 1850,

[...] propiciou condições para que se tornasse estável uma vasta rede social, com mais de duas centenas de povoados, que foram sendo erigidos sobre essas ruínas das fazendas, numa extensão em torno de 150.000 hectares, abrangendo, durante o período imperial, pelo menos três freguesias (São João de Cortes, Apóstolo São Matias e Santo Antonio e Almas) e criando um complexo sistema de trocas e de solidariedade, marcado por formas de ajuda mútua e reciprocidade positiva entre diferentes grupos familiares. (ALMEIDA, 2006b, p. 51).

Desse modo, faz-se necessário a partir das considerações de Almeida (2006b), compreender a “ideia de decadência” formulada pelos “patronos” e reproduzida pelos “notáveis” como uma forma de representação simbólica tradicional, mas não única e homogênea, revelando outras formas de representação dos grupos sociais não contemplados nessa abordagem acerca da historiografia regional maranhense.

Outra abordagem acerca do “discurso de decadência” em Alcântara fora realizada pelo teórico Wagner Cabral da Costa²⁹ (2001a, p. 79) demonstrando que “[...] há quase dois séculos, a decadência local têm sido tematizada pelos discursos político, econômico e científico, bem como transfigurada esteticamente em verso e prosa, em sons e imagens plásticas.”

Tal autor revela que os significados construídos a partir da “noção de decadência” evidenciam uma disputa acirrada em torno do discurso que se reapropria e se reinventa de acordo com os interesses de historiadores, literatos, geógrafos, políticos dentre outros, fornecendo assim, um material imagético que serve de referência ao se analisar a historiografia regional.

A “noção de decadência”³⁰, segundo Costa (2001a, p. 81), é recorrente nos imaginários sociais e tem se mostrado bastante eficaz na “[...] reprodução acrítica pela

²⁹ Em uma de suas produções teóricas, esta intitulada “Sob o signo da morte: decadência, violência e tradição em terras do Maranhão” (2001b), o autor recorre às variadas fontes como jornais, memórias, literatura, cinema para proceder à análise dos imaginários sociais da história regional maranhense.

³⁰ Segundo Costa (2001a, p. 84), a categoria decadência pode ser definida no contexto em análise como “noção instituída e ao mesmo tempo instituinte dos imaginários sociais, cuja vitalidade pode ser dimensionada por sua reprodução e recriação posterior”.

historiografia regional, passando por Viveiros (1954/64); Meireles (1980); Tribuzi (1981), dentre outros.”

Cabe ressaltar que Costa (2001a), apresenta a cidade de Alcântara como uma “cidade-texto” da “decadência” na medida em que é destacada de modo recorrente nas produções de cunho literário regional. Isso se dá pelo fato do estabelecimento de “pontos de fixação” acerca da imagem de “decadência” reforçada com eficiência na produção literária. Esta expressão cunhada por Costa (2001a), referendada pelo uso recorrente de termos como *ruínas*, *cidade morta*, *ausência*, dentre outros, reforça a noção de decadência em oposição à ideia de prosperidade vivenciada anteriormente a partir da análise dos literatos.

Aponta ainda, a cidade de São Luís, apresentada como rival de Alcântara no que se refere ao desenvolvimento econômico, como “cidade-texto” que teve sua “prosperidade” destruída por vários fatores desencadeados ao longo do século XIX. Desse modo, observa-se que as produções literárias analisadas por Costa (2001a, p. 92) ressaltam que,

[...] a poesia das ruas – triste, comovente – das velhas cidades coloniais se transformou, assim, em tema recorrente dos discursos locais, em especial daqueles dedicados às principais cidades da Idade do Ouro: São Luiz e Alcântara, cidades-ruína. Espaços de saudade. Sentimentos despertados no simples ato de visitá-las. (COSTA, 2001a, p. 92).

É importante destacar ainda, que a função das instituições fundadas nas primeiras décadas do século XX como a Academia Maranhense de Letras (1908), a Faculdade de Direito (1918) e o IHGM (1926) encontram-se segundo o autor, intimamente ligadas às estratégias de legitimação da imagem de “decadência” em Alcântara, contribuindo para o caráter de permanência desse discurso no âmbito regional. Assim,

[...] a manipulação discursiva das imagens da decadência e da tradição encontra-se, portanto, articulada a estratégias de legitimação (ou não) de personagens e grupos intelectuais no cenário estadual; à determinação dos “lugares a ocupar” na história da literatura maranhense. (COSTA, 2001a, p. 85).

Tais instituições culturais teriam como função primeira, na perspectiva dos literatos maranhenses, a preservação da identidade e tradição. A Academia Maranhense de Letras representa, por meio de seu caráter permanente, uma instituição de contexto regional estrategicamente criada para transitar entre o passado e o presente, retomando os discursos projetados na legitimada “prosperidade”, garantindo-lhes a possibilidade de reprodução na memória regional. Os grupos de intelectuais ligados a essas instituições culturais, com

destaque para os literatos regionais, apresentam-se como uma esfinge na medida em que se colocam como guardiães de “uma teia discursiva ampla que sustentou (e ainda sustenta) práticas políticas, econômicas e culturais dos mais diversos atores sociais” (COSTA, 2001a, p. 80).

O fato dos literatos adquirirem destaque nesta função de reprodução do discurso da decadência em Alcântara demonstra os elementos que constituem o campo intelectual como “um sistema de linhas de força: isto é, os agentes ou sistemas que o compõem podem ser descritos como forças que se dispendo, opondo e compondo, lhe conferem sua estrutura específica num dado momento do tempo.” (BOURDIEU, 2007, p. 105).

O referencial imagético acerca da “noção de decadência” fundamenta o discurso por meio do elemento de “fixação” tão exaustivamente utilizado nas produções literárias, desencadeando um domínio da literatura no que se refere à elaboração de modelos explicativos eficazes consagrados pelas instituições culturais que legitimam os literatos regionais. A relação de dependência dos escritores torna-se mais complexa na medida em que as instituições culturais³¹ representam a função social de “patronos”³², definindo o sistema de relações que constitui o campo intelectual o qual esses literatos estão associados. Para Bourdieu (2007, p. 110), “[...] quando assistimos ao aparecimento de escritores de um novo grupo social, devemos considerar também as instituições e as formas criadas pelo conjunto do grupo a que pertencem.”

As relações sociais estabelecidas pelos intelectuais com as instituições culturais constituem um campo intelectual que faz com que as produções dos literatos, historiadores, jornalistas e outros, tornem-se públicas e adotem um caráter coletivo. O campo intelectual configura a partir de uma estrutura dinâmica que agrega

[...] um sistema de interações entre uma pluralidade de instâncias, agentes isolados, como o criador intelectual, ou sistemas de agentes, como o sistema de ensino, as academias ou círculos literários, que são definidos, ao menos no essencial, no seu ser e na sua função, por sua posição nesta estrutura e, pela autoridade, mais ou menos reconhecida, isto é, mais ou menos forte e mais ou menos extensa, e sempre mediatizada por sua interação, que eles exercem ou pretendem exercer sobre o público, ao mesmo tempo capital e, em certa medida, árbitro da competição pela consagração e legitimidade intelectuais. (BOURDIEU, 2007, p. 126-127).

³¹ “A existência de obras consagradas e de todo um sistema de regras que define a abordagem sacramental supõe uma instituição cuja função não seja apenas de transmissão e difusão, mas também de legitimação.” (BOURDIEU, 2007, p. 130).

A visão cíclica da história econômica do Maranhão reflete o legado da legitimidade do campo intelectual acerca da historiografia regional maranhense. Apresentada por meio de uma periodização que tem como marco inicial a colonização portuguesa reconhecida como uma espécie de “barbárie” é fixada em oposição à ideia de “prosperidade” ocasionada pela implantação do sistema escravista, que terá a “decadência” provocada pela abolição da escravatura como marco terminal. Segundo, “somente com a safra de trabalhos acadêmicos a partir dos anos 80, a noção de decadência econômica começou a ser questionada e relativizada com maior profundidade.” (COSTA, 2001a, p. 81).

Isso se deu pelo fato de que as produções acadêmicas elaboradas pós década de 80 desenvolveram-se articuladas aos movimentos sociais que abordam em suas demandas questões relativas às reivindicações dos agentes sociais no que se referem à defesa dos seus territórios, das formas tradicionais de ocupação e uso dos recursos naturais. Com base nessa discussão, apresento no capítulo a seguir o terceiro grupo de produções teóricas elaboradas por pesquisadores e agentes sociais mobilizados frente ao conflito com a Base espacial em Alcântara, objetivando demonstrar como essas produções construídas posteriormente ao que se consolidou como “ideologia da decadência” em Alcântara, resulta da articulação a uma rede de relações, construída a partir dos movimentos sociais, em que se estabelece um diálogo entre a produção acadêmica e o saber elaborado pelos agentes sociais, apontando uma ressignificação da noção de campo intelectual.

O primeiro grupo de autores vinculados à aristocracia desconsidera completamente os grupos sociais que permaneceram nas terras após o que denominam “decadência”. Ao contrário, interpretam tais grupos como entraves ao progresso. Ao desconsiderar tais grupos, evidenciam o não reconhecimento das categorias etnia e territorialidade.

O segundo grupo de autores, mesmo sem fazer referência explícita às categorias etnia e territorialidade, travam um debate teórico que considera a existência de grupos sociais específicos. Almeida (2008b) desenvolve posteriormente textos que explicitam as territorialidades específicas evidenciadas por meio das terras de preto, terras de santa, terras de santíssima e outras, e demonstra que o sistema de uso comum dos recursos naturais cria as possibilidades de materialização de uma interdependência entre essas comunidades quilombolas. Retomando Foucault (2012), observo que o viés teórico desenvolvido por Almeida (2008a) permite o desdobramento em trabalhos posteriores, a exemplo do laudo

antropológico de Alcântara produzido para fins de perícia, que se constitui em instrumento de luta dos grupos sociais em defesa de sua territorialidade.

A produção teórica de Almeida (2008b) articula o “plano acadêmico” ao “militante” e, ao fazê-lo, abre espaço para a formação dos próprios quilombolas enquanto pesquisadores. Esses quilombolas, por sua vez, se apropriam da disputa no campo científico e invertem a noção de “decadência”, remetendo-a a um contexto atual, a saber, desencadeada pela instalação do CLA. Sigo, portanto, ao capítulo III para desenvolver a análise de algumas produções teóricas construídas por quilombolas/pesquisadores no contexto do conflito com o CLA e sobre as principais ações de mobilização dos agentes sociais.

4 O MABE, A LUTA DOS QUILOMBOLAS E A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO ÉTNICO EM ALCÂNTARA

4.1 Movimentos sociais pós década de 1980: reconfigurando os sujeitos da ação

Os movimentos sociais constituídos ao longo das últimas décadas no Brasil são dotados por desdobramentos que promovem uma ruptura com o modelo de formas de associação e estratégias de luta no campo desenvolvidas pelos sindicatos rurais da década de 1970. Frente à diversidade das demandas que são vivenciadas pelos agentes sociais que os compõem, tais movimentos passaram a agregar questões relativas a fatores étnicos, consciência ecológica, relações de gênero e de autodefinição coletiva, formas extrativistas, uso comum e manejo dos recursos naturais³³, dentre outras reivindicações coletivas.

Na perspectiva de Scherer-Warren (1993, p. 66) essas demandas apresentam-se “[...] com traços dos velhos movimentos sociais que ressurgem com maior ou menor intensidade nos movimentos sociais organizados mais recentemente.” Os velhos movimentos sociais diferem dos novos movimentos sociais segundo Scherer-Warren (1993) no que diz respeito às formas organizativas dos agentes sociais e das estratégias de encaminhamento de suas demandas específicas. Outro elemento importante de diferenciação se constrói a partir da análise de que as novas formas de organização incluem algumas características de um movimento cultural mais amplo.

Os agentes sociais que articulam essas demandas apresentam-se reconfigurados em uma existência coletiva na medida em que revelam suas reivindicações a partir de uma rede social capaz de torná-las públicas junto aos demais segmentos da sociedade civil e do poder público. Segundo Almeida (2008b, p. 80), os “novos sujeitos sociais” passaram de uma existência atomizada para uma existência coletiva na medida em que se tornaram sujeitos da ação ao adotarem uma designação coletiva que se reflete nas situações de autodefinição e representação do cotidiano.

Com o advento das “novas identidades coletivas”, esses agentes sociais passaram a adotar a autodefinição como critério em um processo que rompe com as classificações externas aos grupos sociais, sejam estas produzidas por pesquisadores, grandes empreendimentos econômicos ou o próprio Estado. Almeida (2008b) ressalta que “o que

³³ Cabe ressaltar que as formas de uso de recursos naturais referem-se às ações dos agentes sociais que constituem os “povos e comunidades tradicionais”, que agregam povos indígenas, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, quilombolas, seringueiros, dentre outros grupos.

passa a importar é como esses grupos sociais se autodefinem e chamam a si mesmos, e não mais como os outros os designam”. (ALMEIDA, 2008b, p. 74).

Essas identidades coletivas por meio de sua capacidade de mobilização passaram a ser objetivadas por meio dos movimentos sociais, que apresentam uma forma de organização capaz de garantir a reprodução física e social desses grupos. Destaca-se que as formas de organização desses movimentos sociais se dão de modo contrário àquelas propostas pelo discurso do governo e das agências multilaterais, que não reconhecem a autonomia dos agentes sociais, nem suas formas de mobilização política e organizativa.

Uma ação que demonstra essa mobilização dos agentes sociais pode ser reconhecida na construção de uma rede³⁴ de relações sociais que aproxima o conhecimento científico e as formas organizativas promovidas por eles. Essa estratégia atua no sentido de promover um debate das formas de ação, desencadeando uma ruptura com o discurso reducionista acerca da ciência. O conhecimento científico apresenta-se envolto em um processo de interlocução com os sujeitos sociais, sem reduzir a ciência ao processo de militância dos movimentos sociais.

Os movimentos sociais passam a refletir assim, o espaço social onde se possibilita uma articulação entre o conhecimento científico produzido pelos intelectuais e pelos conhecimentos resultantes das experiências transformadoras dos agentes sociais na luta pela garantia de suas reivindicações, como observa Almeida (2008b, p. 149) a seguir,

[...] o conhecimento científico encontra-se também nas suas experiências transformadoras – seja nas cooperativas, nas unidades de processamento e beneficiamento -, nas suas práticas, e este fato estabelece uma disputa teórica e conceitual frente a um conceito positivista de “ciência”, engendrado pela dominação. Em decorrência existe uma forte articulação entre o conhecimento científico – produzido por intelectuais que intervêm numa luta política seus critérios de competência e saber acadêmicos – e os movimentos sociais que não pode mais ser quebrada.

O campo intelectual, diante dos conflitos sociais, necessita desenvolver assim, uma conversão de sentido, na medida em que as relações sociais reconfiguram as unidades discursivas apresentadas como autoevidentes e inquestionáveis. O “modus operandi” utilizado nas pesquisas acerca dos movimentos sociais modifica-se na medida em que os modelos explicativos são colocados em debate, revelando uma necessidade de releituras e revisões das abordagens sedimentadas pelo campo de produção intelectual.

³⁴ Para Almeida (2008b, p. 116-117), “[...] as redes sociais são por definição quase-institucionais e usufruem da leveza e da rapidez de mobilização. A possibilidade de constituição de redes pode intensificar o debate das formas de ação”.

A diversidade identitária objetivada a partir dos movimentos sociais fornece as condições necessárias para se relativizar as categorias de entendimento oficiais utilizadas pelas instâncias de poder para classificar os agentes sociais. Nesse contexto, destacam-se, por exemplo, um debate acirrado acerca de categorias analíticas utilizadas para justificar a implantação dos chamados “grandes projetos” que acionam de modo recorrente termos como “modernidade/progresso” em oposição a “atraso/decadência” fortalecendo uma prática discursiva reproduzida comumente nos documentos oficiais de planejamento das ações governamentais.

Frente a essas situações de conflito, os movimentos organizados em redes sociais expressam suas formas organizativas fortalecendo o sentido coletivo dos agentes sociais por meio de organizações locais estruturadas a partir das situações de conflitos sociais. Apresentarei a seguir o MABE como uma dessas organizações estruturadas por meio de situações de conflito desencadeadas a partir da década de 1980 com a implantação do CLA.

Desenvolver uma reflexão sobre a construção do MABE exige o enfrentamento de obstáculos epistemológicos, uma vez que se faz necessário aplicar um instrumento analítico que possibilite relativizar a dicotomia militância x cientificidade. No caso específico do MABE é possível perceber uma interrelação entre as formas de conhecimento sem que haja uma hierarquia capaz de definir o conhecimento científico como uma produção teórica superior aos saberes tradicionais construídos coletivamente. Desse modo, optei por desenvolver uma análise que considera a interpretação dos agentes sociais que constituem o MABE. Nessa perspectiva, esses agentes sociais atuam como intelectuais na medida em que criam as condições de possibilidade para dar visibilidade aos conflitos sociais vivenciados em suas relações cotidianas, redefinindo categorias de entendimento como territorialidade e atuando, de modo ativo, pela efetiva garantia dos seus direitos territoriais. Com o intuito de desenvolver a análise acerca da construção do MABE apresento este III Capítulo subdividido em tópicos que agregam subtítulos extraídos a partir dos depoimentos e entrevistas dos agentes sociais que compõem o MABE.

4.2 “Qual é o desenvolvimento que nós queremos?”³⁵

As medidas concernentes à implantação do CLA que desapropriou para fins de utilidade pública inicialmente uma área de 52.000 hectares ampliada posteriormente para 62.000 hectares são constantemente questionadas pelos quilombolas de Alcântara. Dentre os argumentos utilizados para justificar a implantação do CLA destacam-se a proximidade com a linha do Equador, que possibilitaria uma economia de combustível considerável nos lançamentos de foguetes; a proximidade com o mar que representaria uma significativa margem de segurança nas atividades de lançamento; a baixa densidade demográfica e o baixo custo de desapropriação das áreas a serem utilizadas; facilidade de acesso aéreo e marítimo no transporte de cargas e profissionais e condições climáticas favoráveis à atividade espacial.

Pretendo demonstrar a seguir elementos sobre a implantação do CLA a partir da representação dos quilombolas que vivenciaram os efeitos desse projeto. Para isso, tomo como referência os depoimentos³⁶ de quilombolas, evidenciando o posicionamento desses em relação ao CLA. A respeito da implantação do CLA, o quilombola Danilo Lopes (2012b, grifo nosso), declarou que,

O CLA foi instalado na década de 1980, com o objetivo de promover o desenvolvimento da política espacial brasileira. Para tanto o Sr. João Castelo, então governador do Estado em 1980 publicou uma lei decretando a área de Alcântara para fins de interesse social para que servisse de implantação do CLA. Essa área no total de 62 mil hectares de terra.³⁷

Com base na análise do depoimento do quilombola Danilo Lopes é possível observar que os argumentos utilizados pelo governo federal para a implantação do CLA em Alcântara ultrapassam a ideia de interesse social. A proposta inicial do projeto espacial pautada no argumento de que o CLA reflete o planejamento do poder público para garantir a segurança nacional, não se sustenta frente aos questionamentos dos quilombolas que constituem o MABE.

³⁵ Excerto do depoimento do quilombola, militante do MABE, Sr. Danilo Lopes durante conferência na SBPC/2012.

³⁶ Optei por grifar trechos dos depoimentos citados no decorrer da dissertação para evidenciar as análises desenvolvidas por mim.

É importante dizer que uma das justificativas que foram feitas para implantação do CLA em Alcântara é que além da proximidade com a linha do Equador, que é próximo ao mar, proporciona segurança, além dessa história toda tinha a justificativa de que em Alcântara existia um grande vazio demográfico, ou seja, não tinham pessoas em Alcântara, isso se traduziu em que, em economizar recursos financeiros para a implantação porque não precisaria transferir nenhuma família, quando na verdade o que sempre houve foi uma grande invisibilidade social do estado brasileiro em relação às comunidades quilombolas de Alcântara, aliás, com as comunidades quilombolas como um todo, no país inteiro sempre houve sistematicamente uma política de invisibilidade social por parte do estado brasileiro em não ofertar políticas públicas para essas comunidades. No caso de Alcântara não foi diferente. (LOPES, 2012b, grifo nosso).

Nos anos de 1986 e 1987, seguiram os deslocamentos compulsórios de 312 famílias de 31 povoados para a formação de sete agrovilas e reproduziram os nomes dos antigos povoados. São Peru (Novo Peru), Pepital, Cajueiro, Ponta Seca, Só Assim, Marudá e Espera. Tais agrovilas não foram planejadas para atender a reprodução física das famílias realocadas como observa Martins (1994, p. 95),

Após a relocação, a reprodução física e social das famílias ficou comprometida. Os planejadores foram incapazes de fazer uma previsão coerente com a capacidade de reprodução do grupo. Os filhos que casam são obrigados a dividir os lotes com os pais e, geralmente, constroem casas que divergem do modelo das casas da agrovila, também ao lado da residência dos pais.

No que se referem às consequências dos deslocamentos compulsórios, os quilombolas de Alcântara, relataram que,

Isso significou a afetação de mais de 23 comunidades em Alcântara perfazendo um total de 312 famílias quilombolas que foram compulsoriamente deslocadas de suas terras secularmente ocupadas, de seus territórios secularmente ocupados, foram transferidos para que essa área servisse para o CLA. Em 1986, o então presidente José Sarney publicou nova lei reduzindo o módulo rural de Alcântara somente relativa à Base espacial, para que sobrassem terras para que o Centro fosse instalado. (LOPES, 2012b).

Cada comunidade tinha um tipo de produção. Baixa Grande produzia cana de açúcar. Peroba muita banana. Ladeira e Pavão, muita banana. Alfredo afirma no laudo que a relação das comunidades não pode ser quebrada. São João de Cortes fabrica canoa. As pessoas morrem num povoado e se enterra no outro. As comunidades sempre se entendiam. Com a implantação do Centro, essa relação, esse intercâmbio, ele foi quebrado. Em 85, 86, com a transferência pras agrovilas, quebrou todo vínculo das comunidades quilombolas. (MORAES, 2011, grifo nosso).

A ação de deslocamento compulsório fora de responsabilidade do governo do Estado do Maranhão, sendo realizada em um curto período de tempo, não se desenvolvendo nenhum estudo prévio acerca das particularidades da estrutura agrária em que as famílias encontravam-se organizadas. Tais comunidades vivenciavam diferentes planos de organização social, associados a uma relação de interdependência seja no aspecto religioso, econômico e cultural. O depoimento acima citado, especificamente o do quilombola Samuel Moraes reflete a relação de interdependência existente entre as comunidades quilombolas antes da implantação do CLA. A prática da atividade agrícola evidenciada no depoimento apresenta-se como um elemento que sedimenta a relação de interligação entre os povoados, não se resumindo apenas aos fatores econômicos, mas que remete a uma rede de povoados com múltiplos níveis de organização, agregando ainda fatores religiosos e políticos. Com base nesse instrumento analítico Almeida (2006b, p. 74), assegura que,

[...] a reciprocidade positiva, como troca equilibrada de bens, serviços e solidariedade política interpovoados, consiste num sistema singular, que conjugado com a afirmação de uma identidade traduzida por uma multiplicidade de designações correlatas, que os entrevistados acionam para nomear as terras de preto, terras de santo, terras da santa, terras de santíssima, terras santistas, terras de caboclos, terras de pobreza e outras definições variantes, configura um território étnico.

A divisão em agrovilas promoveu a alteração de práticas das comunidades, a exemplo do sistema de uso comum dos recursos naturais, na medida em que instituiu uma prática de divisibilidade da terra, com o estabelecimento de lotes fixos, com limites definidos e caráter intransferível. Cabe ressaltar que antes do processo de implantação do CLA, a prática de divisibilidade da terra não era adotada pelas comunidades de Alcântara que utilizavam o sistema de uso comum dos recursos naturais a partir de critérios organizativos definidos no âmbito das relações sociais estabelecidas pelas famílias. Sobre essa situação, o excerto extraído do depoimento do quilombola Danilo Lopes (2012b, grifo nosso) revela que,

[...] aquelas comunidades que foram deslocadas foram assentadas individualmente, cada família com 15 hectares de terra. Aí já começa o primeiro impacto porque antes de serem remanejadas essas comunidades não conheciam a questão da individualização da terra; as terras em Alcântara sempre foram e são até hoje usadas de forma comum pelas comunidades, por todas as comunidades existentes em Alcântara. Portanto, não se conhece em Alcântara a questão do uso individual da terra porque são vários povoados que se fossem fazer a divisão individual, além da própria reprodução social e cultural, estaria afetada também a reprodução física porque não há terra suficiente para todos os povoados. Portanto, a própria estratégia, a própria norma social que foi instituída de apropriação coletiva da terra e dos

recursos ela é também uma estratégia de sobrevivência para essas comunidades. Essas 312 famílias que foram diretamente afetadas isso na primeira fase da construção do Centro, foram condicionadas a viver com esse novo modo fundiário que foi instituído, ou seja, é um modo fundiário que nada tem a ver com a vida das comunidades que anteriormente ao Centro utilizavam a forma de uso comum nas terras em Alcântara

A situação conflituosa provocada pelas constantes intervenções do CLA na estrutura fundiária das comunidades quilombolas de Alcântara tornou visível a consolidação das formas organizativas acompanhadas de um intenso processo de mobilização compreendendo que os movimentos sociais passaram a “[...] expressar um jogo que não é só de poder, que não se restringe a mobilizações políticas, mas que é também um jogo de saberes diversos coadunados com a reprodução social.” (ALMEIDA, 2008b, p. 91).

Com o desdobramento do conflito, as comunidades de Alcântara evidenciavam suas reivindicações por intermédio do STTR³⁸ com o auxílio dos representantes da Igreja Católica local como demonstram os excertos dos depoimentos a seguir,

Quando o Centro de Lançamento foi colocado em Alcântara, a única organização que se tinha lá era o STTR e a Igreja que ajudava lá nessas discussões. (MORAIS, 2013).

Até 1998, esse conflito era tratado simplesmente sobre a égide do direito agrário, aí em 1999, chega o momento em que as comunidades percebem que não é só isso, tem algo a mais, e aí até então quem vinha conduzindo a negociação das comunidades de Alcântara com os órgãos estatais eram o sindicato e a Igreja Católica através da CPT, esses órgãos. (LOPES, 2013).

Em 1983, o STTR com o apoio da Paróquia de Alcântara apresentou ao Ministério da Aeronáutica um documento que elencava as demandas imediatas das comunidades quilombolas afetadas pela implantação do CLA. Tais reivindicações organizadas através de abaixo-assinado incluíam,

[...] terra boa e suficiente para trabalhar e fora da área de decreto da desapropriação; praia, pois a grande maioria de nós também tira da pesca parte do sustento da família; ficar juntos por causa dos laços de parentesco e amizade que nos unem em nossos povoados; água que nunca falta onde estamos; lugar para pastos dos animais; título definitivo de propriedade desta terra, uma vez aprovado por nós o novo local. (ALMEIDA, 2006b, p. 53-54, grifo nosso).

³⁸ O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alcântara foi fundado nos anos 60 e congrega a representação de vários trabalhadores rurais, funcionando como órgão de apoio a esses trabalhadores.

As ações do STTR demonstram que os sujeitos sociais passaram a se mobilizar de modo coletivo objetivando ações de manutenção dos recursos naturais necessários à sua reprodução física e social. A partir dessa consciência coletiva iniciaram um conjunto de práticas afirmativas que evidenciaram o componente étnico que se encontrava em um estado de latência. As reivindicações encaminhadas e registradas em cartório pelo Ministério da Aeronáutica e pelos representantes dos quilombolas não foram efetivadas pelos representantes do CLA.

Outras ações reivindicatórias foram organizadas no âmbito do STTR que no período anterior à emergência do MABE posicionou-se como um condutor das demandas dos agentes sociais afetados pelo CLA, realizando intensas negociações e intervenções no plano jurídico. Dentre essas ações reivindicatórias cabe ressaltar a importância das mobilizações dos agentes sociais por meio da realização de seminários, encontros periódicos, reuniões e audiências públicas, favorecendo um contato e apropriação por parte dos agentes sociais de elementos jurídicos que fortalecem suas lutas pela garantia do território. O depoimento do quilombola Danilo Lopes aponta para uma luta constante que se constrói no cotidiano do MABE como demonstrado no excerto a seguir.

[...] Eu acho que seria um fortalecimento da luta porque nós do movimento nós temos como demanda política do movimento, que nós temos que formar os nossos quadros políticos, formar tecnicamente e academicamente porque nós temos que entender que somente com a educação, com a formação a gente consegue qualificar nossa intervenção perante o Estado e o Direito; políticas públicas e é nesse sentido, e aí eu quando fiz o meu TCC eu me recuso a estudar o movimento, ou a luta, a estratégia de Alcântara, eu vou pra outro lado porque, eu até digo isso na minha introdução, porque o meu TCC por si só ele já é resultado dessa luta, dessa resistência, então eu fui pra outro lado até porque eu acho que tem algumas estratégias que a gente tem no movimento que não devem ser expostas também, porque são estratégias do movimento que a gente não gosta de falar pra não expor. (LOPES, 2013, grifo nosso).

É importante ressaltar o controle de impressões evidenciado no depoimento acima. As estratégias de mobilização dos quilombolas do MABE não podem ser publicizadas em uma amplitude que possa comprometer a concretização do plano de ação dos agentes sociais que compõem o movimento de luta. A seguir, apresento, de modo mais detalhado, como se deu a emergência do MABE, abordando o contexto histórico de sua construção aliado ao surgimento de novas demandas impostas pelo conflito dos quilombolas com o CLA.

4.3 “Ele passa a agregar a luta em torno do componente étnico”³⁹: a emergência do movimento dos atingidos pela base espacial de Alcântara-MABE

A partir do esforço de reconceituação dos agentes sociais no que se refere aos elementos identitários, observou-se que as questões relativas ao território não ficaram reduzidas aos aspectos ambientais ou de defesa ecológica. É nesse contexto que surge a necessidade da emergência do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial em Alcântara. No período compreendido entre 11 e 14 de maio de 1999, os quilombolas de Alcântara por iniciativa do STTR realizaram o Seminário Alcântara: A Base Espacial e os Impasses Sociais.

Para realização desse seminário o STTR recebeu o apoio da CONTAG e da FETAEMA. O seminário reuniu quilombolas das várias comunidades de Alcântara, representantes do poder público municipal, intelectuais, associações e militantes do movimento negro das entidades Centro de Cultura Negra (CCN), Projeto Vida de Negro (PVN) e Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH).

Na ocasião, discutiu-se sobre as formas de mobilização dos agentes sociais no que se referia à terceira fase da implantação do CLA e sobre os deslocamentos compulsórios de 312 famílias para as agrovilas.

O conflito com o CLA passou a ser analisado pelos agentes sociais como um problema que extrapolava a égide do direito agrário. A categoria terra que comumente era evidenciada de modo indissociável aos problemas agrários passou a ser entendida como uma categoria que incorpora fatores étnicos e afirmativos de uma identidade. A noção de território fora ampliada para além dos aspectos físicos, fixos, passando a ser construído socialmente por esses agentes. A emergência das “novas” identidades coletivas ocasionou um agrupamento em torno de reivindicações comuns, por meio de um critério político-organizativo, articulado às estratégias de defesa de seus territórios.

E por ocasião da implantação do Centro de Lançamento de Alcântara até então, não se conhecia, ou se conhecia não tinha o menor controle político e social sobre a palavra quilombola, praticamente visível em cima dele, desde o final do século XVIII quando quilombo era condicionado a uma coisa relacionada à escravidão até na década de 1980, já no século XX, isso se manteve em certa invisibilidade, inclusive em se tratando de políticas públicas do próprio estado, e aí quando veio à tona o conflito fundiário de Alcântara em função da instalação do Centro de Lançamento em Alcântara, isso em 1981 até 1996, esse conflito ele veio sendo tratado pelas agências estatais sob a égide do direito agrário, pura e simplesmente, não se tinha

³⁹ Excerto da entrevista do quilombola Danilo Lopes.

agregado nenhum componente étnico aí, e aí, o componente étnico ele veio à tona a partir do momento em que as próprias comunidades foram se dando conta das pesquisas que foram feitas, dos estudos que foram feitos, não é que os pesquisadores foram impondo ainda que de forma sutil esse componente para a luta, o que houve foi que essas pesquisas realizadas em Alcântara quase na sua totalidade, elas colaboraram no sentido de evidenciar esses fatores, esses fatores sempre estiveram no estado de latência, mas sempre estiveram em Alcântara. (LOPES, 2013, grifo nosso)

A categoria quilombo passou a ser interiorizada pelos agentes sociais de Alcântara a partir das ações de mobilização como forma de reconhecimento da identidade do grupo social. Tal categoria foi acionada como critério político organizativo, como explicitado no depoimento do quilombola Danilo Lopes citado acima. É importante ressaltar que essa condição de autodefinição dos agentes sociais enquanto quilombolas não reflete somente a situação vivenciada em Alcântara, como afirma Martins (2010, p. 163), ao destacar que,

[...] o número de comunidades quilombolas tem crescido constantemente e continuamente e continuará a crescer já que a identidade é construída via processos de mobilização. Considerando que há uma adequação em relação ao significado da categoria quilombo às práticas dos agentes sociais a cada dia um número maior de comunidades se reconhecerá como quilombola.

Desse modo, o conflito social criou “condições de possibilidade” para que os agentes sociais pudessem refletir sobre as estratégias de resistência, associando elementos identitários à questão da territorialidade⁴⁰ e, nesse processo se autodefiniram quilombolas,⁴¹ revelando uma condição de pertencimento a um grupo social específico, agregando o fator étnico, em ações afirmativas marcadas pelos laços de solidariedade, redes de vizinhança e uso comum dos recursos naturais. Essas práticas reforçam vínculos solidários mais consistentes que não desembocam necessariamente numa forma reducionista de se pensar a ancestralidade dos agentes sociais.

O pertencimento ao grupo étnico não se limita apelos laços de consanguinidade, parentesco ou origem comum. São definidos por meio de construções de ações coletivas e de representações frente a outros grupos sociais.

Aqui, coloca-se como pertinente ressaltar a aplicabilidade do conceito de “grupo étnico” nos moldes do pensamento de Barth (2000, p. 11), na medida em que “grupos étnicos

⁴⁰ A territorialidade encontra-se intimamente associada aos fatores de identificação e ao caráter dinâmico das formas de apropriação dos recursos naturais estabelecidas pelos grupos sociais.

⁴¹ Para ALMEIDA (2006a, p. 27), esta categoria construída pelos agentes sociais agrega tanto o critério político-organizativo quanto uma autonomia no processo produtivo e na esfera de consumo.

são categorias atributivas e identificadoras empregadas pelos próprios atores; consequentemente, têm como característica organizar as interações entre as pessoas.” Convém ressaltar que os conceitos sofrem alterações na medida em que os agentes sociais os utilizam como novos instrumentos de percepção firmando sua posição frente à luta de classificação travada entre esses e os elementos externos ao grupo social.

Segundo Nunes (2002, p. 27), durante o Seminário de 99 foram abordadas questões referentes “a possibilidade de criação de um movimento social adstrito à luta dos atingidos pela Base Aérea de Alcântara que incorporasse o Art. 68 do ADCT em seus pleitos”. Na perspectiva dos agentes sociais, as reflexões realizadas durante o Seminário conhecido como Seminário de 99 apresentaram-se como questões decisivas para a criação do MABE na medida em que se discutiu a importância do componente étnico das comunidades quilombolas de Alcântara. Sobre o processo de criação desse movimento, seguem os relatos,

O MABE começa a surgir no primeiro seminário em 99, ali se entendeu que Alcântara precisava se posicionar frente à Base, algo que representasse essa luta. O MABE não tem personalidade jurídica e nós temos trabalhado muito para que as comunidades sejam respeitadas e que permaneçam ali onde surgiram. A maneira como aconteceu o remanejamento serviu de alerta para as demais comunidades. Nesses anos todos de MABE é preciso enfrentar o CLA, isso não pode ser feito de qualquer forma. Uma das estratégias é formar pessoas, se não tivermos informação, seremos engolidos. (MORAIS, 2013, grifo nosso).

O MABE não nasceu por acaso. O MABE veio para nós por uma necessidade. Muitos deixaram suas terras para desocupar e entregar para a Base. Foram 312 famílias, eles não pensaram nos filhos dessas famílias. Hoje o MABE está aqui nos apoiando. Realmente, ninguém quer passar a vida nas agrovilas, eu não quero que as pessoas, meus companheiros passem o que eu passei na agrovila, não abaixem as cabeças, é os nossos filhos que estão aí, não podemos desistir porque é pro nossos filhos que estão aí. (SILVEIRA, 2011, grifo nosso).

A partir do momento, por exemplo, até 1998, esse conflito era tratado simplesmente sobre a égide do direito agrário, aí em 1999, chega o momento em que as comunidades percebem que não é só isso, tem algo a mais, e aí até então quem vinha conduzindo a negociação das comunidades de Alcântara com os órgãos estatais eram o sindicato e a Igreja Católica através da CPT, esses órgãos, e aí, em 1999, é criado durante o Seminário em Alcântara, o seminário Impasses Sociais e a Base espacial, nos dias 11, 13 e 14 de maio, é criado um Seminário e nesse seminário a pauta de discussão é isso, o componente étnico das comunidades quilombolas de Alcântara e aí se discute que o sindicato por se tratar de uma entidade representativa dos interesses de trabalhadores, só, exclusivamente só de trabalhadores rurais, de uma categoria de trabalhadores rurais, ele não é capaz de representar esses outros interesses que vão sendo agregados pela luta, e não pelos pesquisadores, e aí essa ruptura entre aspas, ela significa na verdade o rito de

passagem do sindicato, aí se cria o Movimento dos Atingidos pela Base que embora não tenha na sigla o movimento das comunidades quilombolas atingidas pela Base, é só Movimento dos atingidos pela Base Espacial de Alcântara, ele passa a agregar a luta em torno do componente étnico, e passa a reivindicar isso é por isso que é, o componente étnico ele não é por si só pautado nas relações sociais e culturais do território, ele é também um componente político que surge dentro do conflito político travado com o Estado e as comunidades. (LOPES, 2013, grifo nosso).

O Seminário de 99 é apontado pelos quilombolas de Alcântara como um momento marcante na retomada da mobilização dos agentes sociais na medida em que estes passaram a se afirmar não apenas como *trabalhadores rurais*, mas também como *remanescentes de quilombo*, evidenciando os elementos de identidade étnica. Ainda sobre a importância do Seminário de 99, o quilombola Danilo Lopes destacou em seu depoimento que,

O seminário de 1999, que foi a Base Espacial e os impasses sociais que foi organizado pelo Sindicato Rural de Alcântara, pela FETAEMA e várias outras instituições é considerado hoje o grande divisor porque foi o exato momento que as comunidades se reuniram e convidaram várias agências e falaram para o Estado, a partir de hoje nós não vamos mais ceder nenhum espaço, nenhum pedaço de terra para o CLA, ou seja, foi o momento que a pedra fundamental significou para as comunidades de Alcântara a apropriação de todo o aparato legislativo que informa o direito das comunidades quilombolas a permanecer em seus territórios. (LOPES, 2012b).

Cabe ressaltar que o advento da categoria quilombola não exclui as ações de mobilização e reivindicação promovidas anteriormente pelo STTR. As situações vivenciadas pelos agentes sociais frente ao conflito com o CLA propiciou o advento de um elenco de categorias de caráter mais amplo no que se refere ao fator organizacional e de mobilização. Nesse sentido, a categoria quilombola não representou a substituição da categoria trabalhador rural, mas incluiu o elemento étnico como fator organizador que agrega não só as entidades de caráter local, mas estabelece uma articulação regional e nacional capaz de tornar pública a pauta reivindicatória das comunidades remanescentes de quilombo.

O MABE configura assim, uma entidade representativa capaz de agregar de maneira indistinta os vários grupos sociais impactados pela instalação do CLA. O STTR de Alcântara após a criação do MABE continua reforçando a pauta de reivindicação dos quilombolas e contribui de modo ativo nas ações de afirmação étnica. Cabe ressaltar que tanto o MABE quanto o STTR possuem suas especificidades em relação às demandas que surgem frente às situações de conflito, mas atuam em parceria na luta pela garantia dos direitos

territoriais dos quilombolas de Alcântara. Sobre a importância das ações desenvolvidas no âmbito do STTR em Alcântara Almeida (2006b, p. 94) destaca que,

[...] as discussões travadas no âmbito do STTR de Alcântara em torno do Art. 68 do ADCT, de outubro de 1988, e as mobilizações subsequentes, legitimaram os ‘pleitos invisíveis’ e dissociaram os direitos étnicos do direito agrário, alertando que os domínios que ocupavam secularmente não poderiam ser tratados simplesmente como terra, como se fora um simples imóvel rural, mas sim como território com todas as implicações étnicas e identitárias correspondentes. (ALMEIDA, 2006b, p. 94)

O Art. 68 do ADCT, assegurado por meio da Constituição Federal de 1988, refere-se ao processo de titulação definitiva dos territórios dos “[...] remanescentes das comunidades de quilombo”. Tal artigo fora amplamente discutido pelas comunidades quilombolas de Alcântara, auxiliando no processo de construção da identidade e conseqüentemente, nas práticas de afirmação étnica, como é possível constatar por meio do depoimento abaixo.

Aquela área é toda quilombola e todo mundo sabe aqui que a partir da Constituição de 88, no Art. 68 tá dizendo que todo quilombola tem o direito de permanecer na área em que nasceu, que se criara, que vivem trabalhando, onde ocupa e vive trabalhando naquelas terras de modo tradicional. E no entanto, o governo tá olhando pra Alcântara, retirando as pessoas que nasceram no litoral que tem o peixe, tudo pra se alimentar pra jogar numa agrovila lá no centro do mato, aonde hoje 14 hectares de terra onde os companheiros já roçaram tá só capoeira, não tem como produzir, não tem um pescado. (ANJOS, 2012).

No Seminário de 99, discutiu-se ainda o Decreto n. 6040, de sete de fevereiro de 2007, que destaca o seguinte,

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição, fora analisado pelos agentes sociais como instrumento de luta na garantia dos seus direitos frente à Base.

A despeito do termo *comunidade*⁴², entende-se que houve um deslocamento do termo “populações” que se apresentava com um viés reducionista, na medida em que não

⁴²Vale ressaltar que termos como *comunidade*, *Base*, *Seminário de 99* e outros, apresentam-se destacados em itálico, para demonstrar atribuições construídas pelos próprios agentes sociais como formas de se

correspondia, a uma dinâmica de mobilização que agregasse as demandas dos vários grupos sociais. Já o termo “tradicional”, deslocou-se também, se tornando cada vez mais distante de situações que o remetem ao passado e sendo constituído para as discussões do presente, não se reduzindo então, à história que exalta os laços primordiais, mas apresenta-se redefinido a partir das identidades coletivas e suas formas de mobilização contínuas.

Cabe ressaltar que as ressignificações no próprio campo científico estão articuladas aos processos de luta dos agentes sociais. Desse modo, a realização de uma análise das interações dos grupos sociais e de seus resultados numa fronteira étnica, e não a estrutura da sociedade favoreceria uma fuga das investidas do pesquisador nos elementos de cunho materiais, visíveis e objetivados, como aqueles presentes nas definições primordialistas.

Tal análise das práticas sociais fornece as possibilidades para o desenvolvimento de uma compreensão acerca do significado relacional das categorias êmicas em destaque, ao passo que “[...] as interações entre as pessoas e diferentes comunidades se tornam a chave de compreensão dos valores inerentes dessa sociedade” (BARTH, 2000, p. 21).

A forma reducionista pensada pelos primordialistas reforçaria os planos individuais se sobrepondo aos planos coletivos. Para Almeida (2008b, p. 13), o evolucionismo,

[...] não comportaria consciência e tampouco identidade coletiva, enfraquecendo as formas organizativas e reduzindo o antagonismo social aos conflitos entre aqueles agentes sociais institucionalizados e os que estariam fora deste plano organizativo de vida.

Convém ressaltar que, as redefinições dos processos de classificação e de seleção dos grupos sociais são frequentes, na medida em que novas modalidades de produção intelectual reforçam as ideias evolucionistas, principalmente no que se refere à exaltação da visão positivista das conquistas individualizadas e conseqüentemente, não coletivas. Tal concepção pode ser observada no capítulo II quando tratei da produção acadêmica dos chamados notáveis.

No caso específico de Alcântara, observa-se que o processo de mobilização permanente dos agentes sociais apresentou-se como ação decisiva para uma não aceitação das formas classificatórias produzidas por sujeitos alheios aos grupos sociais. A não aceitação inclui um questionamento constante das concepções que atrelam o atraso de Alcântara aos grupos étnicos ali presentes. A ênfase que os agentes sociais do MABE atribuem à formação

autorrepresentarem. Isto demonstra ainda, uma forma de “neutralizar” as classificações impostas por elementos externos ao grupo social.

de quadros locais como estratégia de luta tem relação direta com a possibilidade que essa formação oferece de questionar os paradigmas científicos de decadência que reforçam os estigmas dirigidos aos quilombolas. Segundo depoimento da quilombola Dorinete Moraes, os grupos têm o saber e os pesquisadores contribuem no sentido de dar visibilidade a esse saber, como é possível observar a seguir,

[...] a gente sabe, pelos laços que se tem de compadrio, de parentesco, a gente talvez não tivesse conhecimento da palavra que seria aplicada aí, e esse contato com os pesquisadores, com os professores ele só trás as palavras porque esse significado a gente já tinha; então, não foi ninguém que disse: ah, agora vocês vão ter que falar que é assim, isso foi a gente que falou, da nossa maneira, com as nossas palavras, depois com o contato, a gente viu quais os termos que são aplicados nessas questões. (MORAIS, 2013, grifo nosso).

O depoimento evidencia ainda que Dorinete Moraes se refere aos pesquisadores que produzem considerando as representações dos agentes sociais. Tais ações promovem o fortalecimento das fronteiras étnicas dos grupos, na medida em que se construíram relações sociais mais estáveis e nesse sentido organizacional, os agentes sociais passaram a construir categorias de autoatribuição significativas ao grupo e a relativizar categorias atribuídas por outrem, no estabelecimento de uma interação favorável a seus grupos étnicos.

A produção da etnicidade encontra-se desse modo, intimamente associada às interações sociais dos agentes vivenciadas em seu cotidiano, implicando na importância de uma análise que considere os fatores socialmente relevantes na constituição dos grupos étnicos. Ressalta-se desse modo, a importância de se desenvolver uma análise capaz de fomentar uma compreensão acerca das categorias de entendimento focalizadas, observando como se constituem enquanto elementos de mobilização política dos grupos sociais atingidos pela Base espacial em Alcântara. Busca-se ainda, a compreensão acerca das autodefinições construídas pelos agentes sociais frente às suas práticas de enfrentamento no que se refere aos conflitos vivenciados com a Base espacial, com os poderes constituídos e com as questões que envolvem os elementos de uso comum dos recursos naturais. Sobre a fronteira étnica Barth (2000, p. 11) destaca que,

[...] o foco central da investigação passa a ser a fronteira étnica que define o grupo e não o conteúdo cultural por ela delimitado. As fronteiras sobre as quais devemos concentrar nossa atenção são evidentemente fronteiras sociais, ainda que possam ter uma contrapartida territorial.

Essa fronteira étnica não se constitui a partir de um caráter de fixidez e não se define pela quantidade de membros do grupo ou por seu tamanho. Esta se apresenta como resultante das experiências vivenciadas e compartilhadas pelos agentes sociais no seu cotidiano, sendo fortalecida através dos conflitos sociais. Assim, a redefinição do conceito de etnia reflete a identidade e autoconsciência dos agentes sociais e suas estratégias na articulação de ações que garantam os seus direitos frente aos poderes do Estado, como observa Almeida (2011, p. 85) abaixo,

[...] as demandas por direitos frente aos poderes públicos e as mobilizações por maior acesso a oportunidades econômicas revelam critérios político - organizativos. Por isto se fala em identidade étnica, no sentido de uma existência coletiva, no que difere de uma situação individual. A permanência dos laços chamados 'primordiais', como os laços de sangue e de raça, perde sua força de contraste diante de uma noção de etnicidade considerada como fator contingente.

Observa-se a partir disso, que os agentes sociais realizaram deslocamentos conceituais significativos e ressignificaram esses conceitos por meio de um caráter político organizativo capaz de garantir a reprodução econômica e cultural de seus grupos étnicos e estabelecendo uma ruptura importante no que se refere à autoridade dos discursos classificatórios produzidos e perpetuados por elementos externos ao grupo social. Para realizar uma abordagem mais específica sobre essa análise acerca dos deslocamentos conceituais construídos pelos quilombolas de Alcântara desenvolvo o subtópico a seguir.

4.4 “E esse contato com os pesquisadores, com os professores ele só traz as palavras porque esse significado a gente já tinha”⁴³: refletindo sobre a produção do conhecimento e os movimentos sociais

Os agentes sociais refletem sobre a relação de seus saberes com o conhecimento científico e invertem as concepções oficiais. No caso específico dos quilombolas de Alcântara relativizam as interpretações oficiais acerca da ideologia da decadência reproduzida pelos intitulados notáveis consagrados pela historiografia regional. Os agentes sociais demonstram um domínio referente ao debate que está em voga articulando-o às situações vivenciadas no cotidiano do conflito estabelecido a partir da implantação do CLA como é possível verificar no depoimento citado abaixo.

⁴³ Excerto retirado da entrevista da quilombola Dorinete Morais.

Essa questão de decadência enquanto alguns consideram essa decadência quando os brancos, os portugueses deixaram Alcântara, o povo foi ter terra para produzir, ter sua própria produção, ter alguns passaram a ser donos de terra mesmo, através de doações, outros por herança, e aí quando se vê falar em progresso que a chegada do Centro de lançamento aí esses que já são os donos, aí sim é que vem a decadência pra eles, pra Alcântara a gente considera como decadência essa fase agora porque aí se tem um grande projeto que novamente se tenta tirar o povo da terra, tirar a terra do povo, e aí isso sim é considerado decadência pra aquele povo que já está acostumado a um modo de vida, a produzir seus próprios alimentos, suas coisas, ter sua casa e passar a morar em área que ele não escolheu porque quando o povo ele vai, quando acaba essa era açucareira, do algodão, cada povo escolheu qual a área que queria morar através das fugas, outros não, mas cada um escolheu pra onde ir, uns mais pro centro do município, outros pra beira da praia, aí quando chega o Centro, essa questão de tirar o povo que já estava lá há mais de cem anos e colocar numa área que eles escolheram, isso aí é decadência pra nós, é considerado como decadência porque não respeita o povo que já estava ali há muito tempo, sem contar que vai tirar seu bem maior que é a terra. (MORAIS, 2013, grifo nosso).

Uma análise do depoimento acima revela que o conhecimento científico produzido sobre Alcântara no contexto do conflito com o CLA é incorporado de maneira crítica pelos agentes sociais que questionam a noção de decadência associada ao processo de desagregação do sistema agrário escravista e a ideia de progresso advinda por ocasião do desenvolvimento do projeto espacial brasileiro. Os quilombolas demonstram assim que, produzem suas interpretações agregadas aos seus saberes tradicionais, fundamentando suas próprias construções teóricas. A quilombola Dorinete Moraes associa, por meio de seu depoimento destacado acima, a decadência à perda de autonomia dos quilombolas quanto a área em que moram em virtude da implantação do CLA. No processo de desagregação das fazendas monocultoras, as famílias optaram pelas áreas onde construiriam suas casas, ao contrário do que se deu durante o deslocamento compulsório para as agrovilas.

A ideologia da decadência é apontada como uma estratégia da aristocracia alcantareense na medida em que produziu um não reconhecimento das práticas produtivas de uso comum dos recursos naturais e da relação de interligação entre as comunidades quilombolas, como destaca o depoimento a seguir.

Historicamente há toda a produção teórica que existe a respeito do tema quilombolas no Maranhão e em Alcântara ela foi feita no sentido de prejudicar, não é nem no sentido de prejudicar que eu quero dizer, era no sentido de isolar as pessoas, de invisibilizar essas pessoas e aí que entra a história da ideologia da decadência porque se criou toda essa história da ideologia da decadência quando o sistema de fazendas, o sistema monocultor de Alcântara começa a cair o que para os fazendeiros, os aristocratas, representou a decadência para os quilombolas não foi decadência, pelo

contrário, representou o acesso, possibilitou que essas comunidades instituíssem sua própria economia que aí inclusive a economia das reciprocidades, da interdependência econômica social, cultural, permitiu que isso fosse instituído, permitiu também o acesso a terra e aí o pessoal fala que é decadência, mas existe toda uma literatura afirmando isso que houve uma ideologia econômica e não cita o povo que ficou naquela terra, o povo quilombola que ascendeu ali naquela terra e aí quando a gente faz uma produção teórica dizendo que não foi assim é uma afirmação estratégica, o povo sempre esteve aqui, é um contraponto a essa literatura que está aí positivada. (LOPES, 2013, grifo nosso).

Diante dessa análise das interpretações produzidas pelos quilombolas, faz-se necessário relativizar a possibilidade de adotar um caráter homogêneo frente a essas representações. É importante ressaltar que os questionamentos e críticas referidas às produções teóricas construídas acerca de questões como a ideologia da decadência configuram posturas adotadas pelos quilombolas que estão diretamente ligados às atividades de formação do MABE. Ocorre que os agentes sociais ocupam posições diferentes e detêm saberes de modo heterogêneo. São as lideranças do MABE que têm acesso à participação em cursos, viagens, seminários e outras atividades de cunho teórico que citam a produção teórica sobre Alcântara, reinterpretando a partir de suas demandas frente ao conflito com o CLA. Sobre a importância da produção teórica sobre Alcântara segue depoimento abaixo.

Na verdade, lá pra comunidade eu acho que o mapa é mais importante que o laudo porque na hora, qualquer reunião que você vai se a gente abre aquele mapa, as pessoas começam a se identificar, porque aí ele se acha na comunidade dele e começa a achar também todos os caminhos que ele faz, pra pescar eu vou por aqui, pra ir pra roça eu vou por aqui, o meu compadre mora na comunidade tal, então, assim como o laudo pra ter acesso precisa ler e ainda se tem muito analfabeto nas comunidades né, quando se abra o mapa, as pessoas conseguem visualizar e se ver realmente, até porque o mapa ele foi construído com essas pessoas né, e foi usado o que tem nessa comunidade aqui, aqui tem cemitério, aqui tem porto, então, as pessoas fizeram, ajudaram a fazer o mapa, então é bem mais. (MORAIS, 2013, grifo nosso).

Sobre a necessidade de compreensão acerca das produções teóricas desenvolvidas sobre Alcântara e das demandas que vão surgindo no âmbito do MABE, o quilombola Danilo Lopes destaca que,

Nós temos como demanda política do movimento, que nós temos que formar os nossos quadros político, formar tecnicamente e academicamente porque nós temos que entender que somente com a educação, com a formação a gente consegue qualificar nossa intervenção perante o Estado e o Direito. (LOPES, 2013).

Nesse sentido é possível verificar que os quilombolas desenvolvem, de modo contínuo, atividades que contemplem elementos de formação política como uma estratégia de afirmação identitária e fortalecimento do MABE. A compreensão sobre as disposições jurídicas que abordam as questões relativas aos direitos territoriais assegurados às comunidades quilombolas permite refutar as interpretações contrárias no que se refere ao território étnico e garantem a construção de um repertório de argumentos utilizados frente ao Estado e aos demais poderes instituídos capaz de fortalecer a luta pela efetivação desses direitos sociais.

Como forma de exemplificação dessas formações políticas vale destacar os encontros realizados para discutir o Art. 68 do ADCT, o Laudo Antropológico sobre as comunidades quilombolas de Alcântara e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

No que se refere ao Art. 68 do ADCT as discussões foram iniciadas no âmbito do STTR foram evidenciadas pela feitura do laudo antropológico que expressou a necessidade do reconhecimento formal das comunidades quilombolas de Alcântara para fins de titulação definitiva como determina o Art. 68.

A construção do laudo antropológico que agrega ainda o mapa do território étnico das comunidades quilombolas de Alcântara fora acompanhada diretamente pelos quilombolas, ora no trabalho de campo às comunidades, ora no estabelecimento dos contatos com os moradores por meio de reuniões desenvolvidas no decorrer do trabalho de campo. A articulação da produção do conhecimento científico e os quilombolas do MABE fora intensificada durante o processo de construção do mapa elaborado para fins da perícia antropológica.

O processo de formação política acerca da Convenção 169 da OIT visa destacar a Convenção “como um instrumento jurídico internacional de proteção aos direitos humanos de povos indígenas e tribais, ratificada em 2002, por meio do Decreto Legislativo nº 143. Busca, primordialmente, o respeito às culturas, às formas de vida, às tradições e ao direito consuetudinário dos povos indígenas e tribais” (LOPES, 2012a, p. 50). Sobre as ações de mobilização do MABE no que se refere à Convenção 169 da OIT destacam-se os depoimentos abaixo.

O MABE já fez essa análise da Convenção 169 em 2005, então a gente andou Alcântara toda levando pras comunidades a Convenção e depois desse entendimento é quando a gente começou a se apropriar de verdade da Convenção aí é que vem essa ideia já que a gente tem seu Leonardo como o

cara da Convenção 169 então, dele fazer esse intercâmbio com as outras comunidades e aí o Cartografia é esse parceiro que dá essa possibilidade do seu Leonardo sendo do MABE levar pra outras comunidades, outros movimentos, que não são de Alcântara, mas dentro de Alcântara já foi discutido já bastante em 2005 e agora a gente já tá de novo com essa discussão agora através da Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos numa parceria com o MABE e o STTR novamente e agora a gente já tá vendo o direito de consulta, a gente já viu a Convenção 169 e agora a gente tá vendo o direito de consulta que tá lá na Convenção, pra ver as garantias de direito que tá lá na Convenção. (MORAIS, 2013, grifo nosso).

É importante dizer que no Brasil o MABE é o primeiro movimento social a discutir a Convenção, até então ninguém havia discutido. O MABE foi a primeira organização brasileira a denunciar o estado brasileiro na Organização Internacional OIT por não cumprimento da Convenção, parece que a gente tá sendo meio pretensioso, mas não é, são os fatos mesmo como que aconteceu, então pode dizer que hoje toda essa discussão que o país tá fazendo, que o estado brasileiro tá sendo forçado a fazer um dos pioneiros foi o MABE, depois que a gente denunciou o estado aí, foi a CUT, denunciou as organizações, mas o pioneiro foi o MABE, não foi o Cartografia também que intencionou isso, pelo contrário, o Cartografia aproveitou que nós já tínhamos conhecimento sobre isso, apropriação disso e nos chamou pra participar das ações que o Cartografia faz com a Convenção e hoje, por exemplo, nós temos pessoas do MABE que foram contratadas pra dar cursos de Convenção no país inteiro. (LOPES, 2013, grifo nosso).

Um aspecto a ser ressaltado que se atêm à relação produção acadêmica x militância diz respeito à consideração da pesquisa enquanto resultante de uma rede de relações. No caso do trabalho de Almeida (2008a) com o livro Ideologia da Decadência trabalhado no capítulo II já existe um questionamento teórico que possibilita, posteriormente, a considerar a noção de territorialidade. O autor é coordenador do PNCSA e mantém uma relação de pesquisa com alguns quilombolas/pesquisadores, que são bolsistas e desenvolvem trabalhos em Alcântara. Nesse sentido, faz-se necessário interpretar a relação de conhecimento científico com as lutas sociais sem homogeneizá-las.

Os depoimentos acima possibilitam ainda uma análise acerca da relação existente entre o MABE e as instituições acadêmicas que produzem associadas aos movimentos sociais. Na concepção dos quilombolas o PNCSA atua como parceiro na medida em que auxilia fornecendo instrumentos capazes de dar visibilidade às reivindicações dos agentes sociais. Observa-se que as ações de mobilização do MABE extrapolam as demandas do conflito em Alcântara, realizando um intercâmbio com outros movimentos que agregam povos e comunidades tradicionais por todo o país. No subtópico a seguir, intensifico a análise sobre as produções teóricas, estas desenvolvidas por quilombolas de Alcântara que externam suas

reivindicações por meio dessas construções teóricas revelando os impactos provocados desde a implantação do CLA.

4.5 Produções teóricas dos quilombolas de Alcântara-MA: saberes articulados às lutas sociais

A emergência das identidades coletivas objetivadas por meio dos movimentos sociais promoveu uma mudança significativa na relação de pesquisa. No âmbito das ações de mobilização do MABE frente ao CLA, os quilombolas de Alcântara passaram a utilizar categorias científicas que refletem suas demandas na luta pela garantia dos direitos territoriais, entendimento registrado no depoimento a seguir,

Então, não é que a gente se apropriou desse discurso, a gente já sabia de tudo isso, ou melhor, a gente sabe pelos laços que se tem de compadrio, de parentesco, a gente talvez não tivesse conhecimento da palavra que seria aplicada aí, e esse contato com os pesquisadores, com os professores ele só trás as palavras porque esse significado a gente já tinha; então, não foi ninguém que disse: ah, agora vocês vão ter que falar que é assim, isso foi a gente que falou, da nossa maneira, com as nossas palavras, depois com o contato, a gente viu quais os termos que são aplicados nessas questões. Até porque, assim, eles chegam a esses termos de acordo com aquilo que a gente fala pra eles, a gente mora aqui em Canelatiua, por exemplo, mas a gente vai pescar até em Retiro, pode pescar até em Ponta da Areia, pode pescar em Brito, pode botar roça em outros lugares, isso tudo faz parte, e porque a gente pode ir a todos esses lugares, porque faz parte da nossa convivência, faz parte de tudo aquilo que a gente considera como nosso, então a gente poderia não ter essa noção de território que vai além do termo terra, mas a gente tem consciência disso. (MORAIS, 2013, grifo nosso).

A interlocução entre o conhecimento intelectual e os agentes sociais permitiu que as representações acerca das categorias científicas que estavam em estado de latência em decorrência do conflito com o CLA fossem evidenciadas no discurso dos teóricos em um movimento que parece traduzir os significados já vivenciados pelos grupos étnicos. Tais ações de interlocução iniciaram-se por intermédio do STTR e posteriormente, passaram a serem conduzidas pelo MABE através da realização de seminários, reuniões periódicas com quilombolas das comunidades locais, exposições e relatos de experiências acerca das demandas de outros movimentos que envolvem outras comunidades tradicionais no país.

Essas mobilizações políticas favoreceram a construção de saberes específicos das realidades locais promovendo também uma mudança de postura dos agentes sociais nas relações de pesquisa. Os agentes sociais não se apresentam reduzidos à condição de

informantes para os pesquisadores. Estes passaram a atuar como sujeitos da ação, produzindo conhecimentos científicos atrelados a uma rede de relações que intensifica os debates sobre o conflito, as formas de defesa e de mobilização.

Esta postura dos sujeitos da ação pode ser analisada a partir do processo de construção do laudo antropológico produzido por determinação da Procuradoria Geral da República em consonância com a Portaria⁴⁴ nº 007, de 07 de julho de 1999, do Ministério Público Federal no Maranhão. Esse laudo antropológico construído por meio de trabalhos de pesquisa⁴⁵ realizados no período de abril a julho de 2002, pelo antropólogo Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida, indicado pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) é apontado como peça fundamental no inquérito civil público que investiga supostas irregularidades no processo de instalação da Base Espacial de Foguetes de Alcântara e nos descolamentos compulsórios realizados em virtude do CLA.

Cabe ressaltar que a equipe de pesquisadores que auxiliou a construção do laudo antropológico foi composta por intelectuais que já possuíam uma relação de pesquisa com os quilombolas, na medida em que haviam desenvolvido trabalhos anteriores como relatórios de identificação sobre os povoados, trabalhos de conclusão de cursos de graduação dentre outras produções teóricas. Essa rede de relações produzida a partir das aproximações sucessivas entre pesquisadores e agentes sociais favoreceu o desenvolvimento do trabalho de campo pericial que fundamentou o laudo antropológico.

Por meio do laudo antropológico é possível observar que o conflito com o CLA impulsionou os grupos das comunidades de Alcântara a fortalecerem sua identidade étnica, modificando as formas de classificação promovidas por agentes externos, agregando uma dimensão política simbolizada por meio de categorias autoatributivas. A relação de interdependência entre os povoados é evidenciada e as estratégias de mobilização configuram para a construção de um território étnico. A questão identitária apresenta-se como indissociável do processo de territorialização. Para os quilombolas de Alcântara, o laudo antropológico pauta uma existência coletiva, evidenciada nas relações de parentesco, de compadrio entre as famílias quilombolas, nas formas de uso comum dos recursos naturais e na interdependência que mantém os povoados ligados entre si.

⁴⁴ Tal documento recomenda que sejam tomadas providências no sentido de “[...] verificar a existência de estudos relativos às comunidades que se encontram nas áreas destinadas ao Centro de Lançamento de Alcântara, máxime no tocante ao componente étnico” (ALMEIDA, 2006b, p. 21).

⁴⁵ Foram visitados 53 povoados de Alcântara e recolhidas informações referentes a umas duas centenas deles. A pesquisa revelou que 90 povoados estão na área desapropriada para instalação do CLA e 49 estão localizados fora da área desapropriada, perfazendo um total de 139 povoados.

O mapa intitulado “Território das Comunidades Remanescentes de Quilombo” produzido como parte constituinte do laudo antropológico é apontado pelos quilombolas de Alcântara como o elemento mais significativo dessa produção teórica pelo fato de ter sido elaborado com a participação das comunidades quilombolas. Tal afirmativa é verificada no excerto do seguinte depoimento,

Esse mapa quem fez na verdade foram às comunidades, foram organizações que foram a campo com o antropólogo que foi contratado pelo Ministério Público pra fazer isso. A gente costuma falar que o laudo de Alfredo Wagner, a gente personaliza, é importante dizer que o laudo foi feito pelo antropólogo contratado pelo Ministério Público e foi indicado pela ABA, assim não foi o professor Alfredo que fez porque quis fazer, o laudo é uma peça científica que é apesada a uma ação jurídica do Ministério Público Federal. (LOPES, 2013, grifo nosso).

Nesse sentido, os quilombolas demonstram uma ruptura com a cartografia “clássica”, ampliando a noção de espaço físico, aqui traduzida como espaço social. As constantes mobilizações coletivas dos quilombolas no intuito de garantir a manutenção dos recursos necessários à sua reprodução social propiciou a construção de grupos étnicos, que se agregaram em diferentes planos organizativos, culminando na construção de um território étnico.

Lá pra comunidade eu acho que o mapa é mais importante que o laudo porque na hora, qualquer reunião que você vai se a gente abre aquele mapa, as pessoas começam a se identificar, porque aí ele se acha na comunidade dele e começa a achar também todos os caminhos que ele faz, pra pescar eu vou por aqui, pra ir pra roça eu vou por aqui, o meu compadre mora na comunidade tal, então, assim como o laudo pra ter acesso precisa ler e ainda se tem muito analfabeto nas comunidades, quando se abra o mapa, as pessoas conseguem visualizar e se ver realmente, até porque o mapa ele foi construído com essas pessoas e foi usado o que tem nessa comunidade aqui, aqui tem cemitério, aqui tem porto, então, as pessoas fizeram, ajudaram a fazer o mapa, então é bem mais. (MORAIS, 2013, grifo nosso).

Para uma melhor compreensão acerca dos depoimentos dos quilombolas referidos ao território étnico de Alcântara disponibilizo o mapa Território das Comunidades Remanescentes de Quilombo Alcântara – MA na página a seguir.

Figura 1 - Mapa do território das comunidades remanescente de quilombo em Alcântara-MA



Ainda em referência ao mapa acima exposto, o quilombola Danilo Lopes ressaltou que,

O mapa desde que ele foi feito e publicizado ele tem sido usado nesse sentido de afirmar a luta das comunidades quilombolas de Alcântara pelo seu território, precisamente mesmo o mapa porque o laudo antropológico ele é mais difícil, as pessoas tem mais dificuldade de entender apesar de que todas as comunidades têm um, mas as pessoas não tem acesso, se tem não conseguem entender, a gente já fez algumas oficinas em Alcântara pra discutir esse mapa e hoje, por exemplo, esse mesmo mapa ele tá precisando passar por uma atualização; existem algumas situações que este mapa já não contempla mais, então, isso é importante porque são comunidades tradicionais quilombolas, mas elas não estão estanques paradas no tempo, as coisas vão acontecendo, mesmo a cultura ela também se dinamiza, então tem algumas situações que hoje já estão acontecendo que não estão aí. (LOPES, 2013, grifo nosso).

A construção coletiva do mapa⁴⁶ favorece uma descrição minuciosa das situações vivenciadas no cotidiano das comunidades quilombolas de Alcântara, revelando uma diversidade de questões sociais em torno dos recursos naturais, dos processos de ocupação do território e dos fatores étnicos. Na medida em que o mapa reúne essa gama de situações, evidenciando o conflito com o CLA, este passa a ser incorporado às lutas sociais pela garantia dos direitos territoriais.

Como é possível constatar no excerto acima destacado da entrevista do quilombola Danilo Lopes, o mapa produzido no contexto das discussões das comunidades quilombolas de Alcântara reflete uma existência coletiva e conseqüentemente, configura territórios específicos, como afirma Acselrad e Coli (2008, p. 31-32), “[...] este mapa, ao contrário de uma realidade fixa ou de uma imagem congelada, se pretende em movimento, sendo redesenhado sucessivamente.”

A pluralidade de situações observadas por meio do mapa favorece ainda, uma compreensão acerca das formas de produzir, da relação dos quilombolas com os recursos naturais, da interação dos grupos sociais entre si. Isso demonstra as especificidades do território de Alcântara, as territorialidades específicas, constituídas pelas terras de santo, terras de santa, terras de santíssimo, terras de santíssima, terras de pobreza e terras de preto. Para Almeida (2008b, p. 31), “[...] as múltiplas formas de apropriação e uso da natureza,

⁴⁶ Segundo Acselrad e Coli (2008, p. 31)., “o mapa produzido no contexto do Seminário-Consulta rompe com a ideologia do ‘arquivo morto’, própria da rotina das instituições oficiais, e busca divulgar informações essenciais a molde de um banco de dados dinâmico, ‘vivo’, que pode ir sendo localmente complementado por trabalhadores rurais”.

designando territorialidades específicas, convergem para o processo de território étnico das comunidades remanescentes de quilombos.” (Almeida, 2006b, p. 38).

Outra situação vivenciada pelos quilombolas que compõe o território étnico de Alcântara que condiz com a relação de interlocução do conhecimento científico e os sujeitos da ação é evidenciada nas produções teóricas elaboradas por quilombolas / pesquisadores como os trabalhos apresentados no quadro abaixo. É nesse sentido que apresento a seguir o terceiro grupo de produções teóricas sobre Alcântara, elaboradas no âmbito do conflito travado pelos quilombolas e o CLA, a partir dos estudos dos intelectuais do movimento, quilombolas/pesquisadores que institucionalizaram suas lutas pela garantia dos direitos territoriais.

Quadro 3 – Autores que produziram articulados ao conflito entre quilombolas e CLA.

AUTOR	FORMAÇÃO ACADÊMICA	PRODUÇÃO TEÓRICA	ANO DE PUBLICAÇÃO	INSTITUIÇÕES / VÍNCULO	PADRÕES EXPLICATIVOS
Davi Pereira Júnior	Historiador Antropólogo	Territorialidade e identidades coletivas: uma etnografia de terra de santa na Baixada Maranhense	2011	Universidade Estadual do Maranhão. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.	Territorialidade específica em Alcântara (terra de santa). Terra de santa enquanto fator organizativo da afirmação étnica.
Danilo da Conceição Serejo Lopes	Bacharel em Direito	O Direito Constitucional à Terra das Comunidades Remanescentes de quilombo: o caso da Base Espacial de Alcântara – MA.	2012a	Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. MABE	Violação dos direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais. Art. 68 dos ADCT e Convenção 169 da OIT como aparatos jurídicos de efetivação dos direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais.

Fonte: A autora.

Algumas produções teóricas evidenciaram pesquisas acerca das territorialidades específicas de Alcântara, como é o caso da dissertação intitulada “Territorialidades e Identidades Coletivas: uma etnografia de Terra de Santa na Baixada Maranhense”, produzida pelo historiador e antropólogo Davi Pereira Júnior. Nascido em Itamatatiua, comunidade quilombola de Alcântara, formou-se em História pelo Centro de Estudos Superiores de Caxias – CESC/UEMA. cursou a especialização “Sociologia das Interpretações do Maranhão: povos e comunidades tradicionais” pela UEMA e tornou-se mestre em Antropologia pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. É pesquisador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Publicou em 2009, no âmbito do PNCSA o livro intitulado “Quilombos de Alcântara: território e conflito – O intrusamento dos territórios das comunidades quilombolas pela empresa binacional Alcântara Cyclone Space – ACS” que analisa o processo de intrusamento do território das comunidades remanescentes de quilombo em Alcântara provocado pelas empresas terceirizadas prestadoras de serviços à ACS.

A rede de relação estabelecida por esse teórico e as comunidades quilombolas de Alcântara foi permeada pelo conflito com o Centro de Lançamento de Alcântara como demonstra o trecho a seguir.

Nasci em Itamatatiua, povoado escolhido para proceder às observações, e vivi minha infância praticamente toda referida às redes de relações que constituem a vida da comunidade. A minha infância foi marcada pela presença intensa de pesquisadores no cotidiano da vida comunitária. Isto despertou em mim uma paixão quase obsessiva e um desejo irrefreável de um dia me tornar pesquisador (PEREIRA JÚNIOR, 2011, p. 13, grifo nosso).

O contato inicial com a pesquisa acerca das situações de conflito vivenciadas pelas comunidades quilombolas de Alcântara fora aguçado pela luta coletiva pela garantia dos direitos territoriais e livre acesso aos recursos naturais. O processo que levou esse teórico a emigrar para a cidade no sentido de aprimorar seus estudos no que se refere às questões relacionadas aos quilombolas⁴⁷, pode refletir uma contraestratégia do movimento social à qual está vinculado. As práticas de mobilização adotadas pelo MABE são amplas no intuito de fugir da tutela dos porta-vozes externos ao grupo social no trabalho de tornar públicas suas demandas. Os próprios quilombolas que constituem o movimento participam de atividades regulares objetivando o aprimoramento dos conhecimentos relativos aos direitos das

⁴⁷ Como trabalho final referente ao curso de Licenciatura Plena em História, o teórico Davi Pereira Júnior (2007) produziu o TCC intitulado “Quilombo: uma análise na produção intelectual”, demonstrado como a categoria quilombo apresenta uma variação de significados de acordo com o contexto em que esta é acionada.

comunidades tradicionais no tocante à regularização da titulação de seus territórios. Isso é demonstrado de modo claro no excerto da entrevista destacado a seguir.

Eu acho que seria um fortalecimento da luta porque nós do movimento nós temos como demanda política do movimento, que nós temos que formar os nossos quadros político, formar tecnicamente e academicamente porque nós temos que entender que somente com a educação, com a formação a gente consegue qualificar nossa intervenção perante o Estado e o Direito. (LOPES, 2013, grifo nosso).

Na dissertação intitulada “Territorialidades e Identidades Coletivas: uma etnografia de Terra de Santa na Baixada Maranhense”, o autor realizou uma descrição etnográfica acerca da festa de Santa Teresa realizada na comunidade quilombola de Itamatatua, objetivando um entendimento sobre como esse evento promove a coesão social e o reforço da identidade coletiva e da territorialidade específica designada terras de santa. O autor demonstra que, a divindade da Santa “[...] funciona como a principal responsável pela coesão social dos grupos, pois a união dos grupos e a sua ação conjunta se dão em torno dela e para defesa de suas terras” (PEREIRA JÚNIOR, 2011, p. 132). Assim, a figura de Santa Teresa define as especificidades dessa territorialidade específica na medida em que funciona no controle coletivo da comunidade de Itamatatua, define as regras de uso comum dos recursos naturais, conduzindo um processo de afirmação étnica e mobilização política na apropriação do território.

Outra produção teórica construída no contexto do conflito entre os quilombolas de Alcântara e o CLA constituiu-se em um TCC intitulado “O Direito Constitucional à terra das comunidades remanescentes de quilombo: o caso da Base Espacial de Alcântara-MA” (LOPES, 2012a). Esse trabalho produzido por Danilo da Conceição Serejo Lopes, quilombola da comunidade de Canelatua, militante do MABE fora apresentado ao curso de Direito da Universidade Federal de Goiás. Bacharel em Direito, atualmente é pesquisador do PCNSA e integra o MABE.

A análise realizada pelo autor revela uma trajetória que tem como ponto de partida a norma do Art. 68 do ADCT da Constituição Federal de 1988 até os dias atuais, utilizando como situação empírica o impasse fundiário desencadeado pela implantação do CLA e os entraves que permeiam o processo de titulação definitiva do território das comunidades quilombolas de Alcântara.

O estudo de caso realizado em Alcântara permitiu mostrar que a violência contra essas populações se perpetua no tempo e que o Estado brasileiro, em diferentes tempos históricos, é o seu principal fiador e promotor, pois pode-se verificar uma série de violações a direitos fundamentais, decorridas da implantação do projeto CLA na década de 1980, e que se arrastam até os dias atuais. Violações que vão do direito à alimentação, à terra, à moradia e ao território. (LOPES, 2012a, p. 49, grifo nosso).

As agrovilas construídas para assentar as comunidades realocadas compulsoriamente a partir da implantação do CLA refletem segundo LOPES a violação dos direitos fundamentais na medida em que não propiciam as condições necessárias para a reprodução física, social e cultural das famílias. O controle efetivo na área do CLA reduz o acesso dos quilombolas às praias e igarapés que representam fontes principais de alimentação e sustento das famílias, como demonstrado no depoimento abaixo.

As terras onde foram assentadas as famílias que receberam o nome de agrovilas, as terras são comprovadamente inférteis, não produzem nada além de serem pequenas, portanto, insuficientes para a produção familiar que é a agricultura de subsistência, ou seja, nem pra própria agricultura de subsistência, nem para o próprio sustento das famílias a terra serve e aí, tem outro aspecto nisso, é que as famílias foram alguns povoados estão hoje localizados acerca de 20 km da beira do mar e dos igarapés e são áreas que pra nós não são vistas apenas como áreas de turismo e de passeio, não é isso, então, as comunidades estão longe de tudo e não tem como garantir seu sustento, são fontes de sustento, são fontes de subsistência das famílias de Alcântara e para que essas famílias que foram afetadas tivessem acesso às praias, rios e igarapés, eles têm que passar por dentro do CLA, tem que pedir autorização para os militares, que autorizam ou não, a entrada das famílias dentro dessa área, ou seja, posso então afirmar com absoluta tranquilidade que há então um processo de reconquista do território dessas famílias porque as famílias vão para seus antigos sítios, seus antigos territórios para roçar, para fazer suas práticas agrícolas, pra tudo. As agrovilas hoje pelo fato de ter mais de vinte anos, mais de 28 anos, algumas famílias já conseguiram se consolidar dentro das agrovilas, mas a grande maioria não conseguiu, então, precisa voltar aos seus antigos sítios, aos seus antigos povoados para ir à procura pelo menos do que se alimentar. (LOPES, 2012b, grifo nosso).

Em depoimento Leonardo dos Anjos (2012), quilombola da comunidade Brito revela outras complicações vivenciadas pelas famílias que foram deslocadas para as agrovilas e reforça a ideia das dificuldades na reprodução física das famílias já que os lotes são pequenos, demonstrado que o projeto espacial não considerou as necessidades dos grupos familiares em Alcântara.

Essas sete agrovilas onde cada agrovila dessa como o Cajueiro, foram pra lá mais de 30 famílias, hoje tem quase 70 ou mais, essas ganharam glebas de 14 hectares, mas o restante dos jovens como tinha pais de família que tinha

cinco filhos, tudo tão casados hoje e não tem terra para trabalhar, estão trabalhando nas terras de seus pais, outros tão saindo da cidade pra trabalhar pra empresas aqui em São Luís, passam a semana trabalhando aqui porque essas empresas que estão em Alcântara não estão absorvendo a mão de obra dos alcantarenses como deve ser, então, as terras não estão sendo suficientes mais pras pessoas trabalharem, hoje elas não dão suficiente pra que um pai de família faça a roça e se sustentar um ano todo daquela roça. Quando esse projeto da base espacial se implantou em Alcântara e foi colocada aquelas agrovilas, que teve o nome de agrovilas porque as pessoas iam trabalhar com horticultura. (ANJOS, 2012, grifo nosso).

A produção de Lopes (2012a, p. 75) evidencia que “[...] apesar de significativos avanços formais e legais conquistados na constituinte de 1988 pelo movimento negro, como a fixação do artigo 68 no ADCT da CF/88, em termos materiais percebe-se pouquíssimos avanços na efetivação dos direitos conquistados.” O processo de reconquista territorial das famílias realocadas compulsoriamente frente às limitações de uso dos recursos naturais tem se apresentado como uma reivindicação marcante desde a criação das agrovilas. O Art. 68 e a Convenção 169 têm sido utilizados como aparato jurídico necessário na luta para assegurar o direito de retorno e a posse definitiva do Território Quilombola de Alcântara.

As produções teóricas desenvolvidas pelos quilombolas/pesquisadores auxiliam no entendimento desses processos de luta em defesa dos seus territórios e servem de instrumento político na medida em que por meio destas, os grupos étnicos afirmam um posicionamento legitimado a partir do viés científico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As categorias analíticas de entendimento têm renovado o interesse do pensamento humano, dando vigores significativos às pesquisas antropológicas, na medida em que criam condições para a realização de uma articulação entre reflexão teórica e elemento empírico. Tais modalidades de pensamento refletem representações coletivas, apresentando-se como dotadas de especificidades importantes à investigação científica. Ao analisar essas representações a partir de situações que envolvem os novos agentes sociais e as novas identidades coletivas constatei os permanentes desafios que envolvem a pesquisa e seu campo privilegiado de indagações. Frente a essas dificuldades iniciais, procurei construir o objeto de estudo, como exposto no Capítulo I deste trabalho, a partir da rede de relações que estabeleci com os agentes sociais do MABE ao longo dos trabalhos que desenvolvi no âmbito do PNCSA.

A relativa proximidade social com o MABE assegurou condições favoráveis ao desenvolvimento da pesquisa. No entanto, tal proximidade evidenciou também a complexidade que permeia o estudo desse movimento social que agrega uma diversidade de questões relativas às novas formas de atribuir significados as categorias científicas e de entendimento do mundo social.

O caso específico do MABE demonstrou a importância dessa atualização dos referenciais teóricos adotados para fundamentação da pesquisa. Isso pode ser observado a partir da análise do processo de construção do território étnico de Alcântara. Frente ao conflito com o CLA, os agentes sociais objetivaram suas identidades coletivas, fortaleceram suas fronteiras étnicas, passaram a categorizarem-se a si mesmos, construindo socialmente seu território.

A análise proposta no Capítulo II dessa pesquisa revela que os padrões explicativos reproduzidos pelos intitulados notáveis intelectuais consagrados pela historiografia local passaram a ser relativizados frente ao movimento de categorização realizado pelos próprios agentes sociais, que não aceitam as classificações produzidas externamente ao grupo social como legítimas. A autodefinição dos agentes sociais como quilombolas explica nitidamente esse instrumento analítico. Atrelado ao processo de autodefinição, os quilombolas que constituem o MABE desenvolveram ainda uma consciência no que se refere às suas fronteiras étnicas.

A ideologia da decadência propagada por meio das práticas discursivas dos intitulados notáveis intelectuais fora questionada a partir da categoria território étnico. Observou-se por meio dos depoimentos dos quilombolas que constituem o MABE que a desagregação do sistema escravista pelo qual passou Alcântara no século XIX não representou para os quilombolas uma derrocada econômica.

O padrão econômico regido pela escravidão e pela prática agrícola monocultora adotado pelos aristocratas alcantarenses desse período não contempla, na perspectiva dos quilombolas, suas práticas econômicas. Para os quilombolas de Alcântara, a referida decadência representou o acesso destes a terra, possibilitou a construção das territorialidades específicas firmadas a partir dos atos de resistência, ocasionando o fortalecimento das fronteiras, o que permitiu que as comunidades quilombolas instituíssem sua própria economia, baseada na reciprocidade entre os povoados, na interdependência entre os quilombolas, esta que não se resume às questões de ordem econômica, mas são definidas por elementos culturais.

O elemento explicativo recorrente nas produções dos notáveis que apresentam Alcântara como a cidade que evidencia um passado de opulência e posteriormente, de ruína e morte, é relativizado pelos quilombolas que compõem o MABE. Para os quilombolas, o processo de decadência de Alcântara iniciou-se a partir da implantação do CLA na década de 1980, na medida em que o plano de desenvolvimento espacial brasileiro não respeitou as especificidades das comunidades quilombolas, promovendo a desagregação das famílias por meio dos deslocamentos compulsórios para as agrovilas, impossibilitando a manutenção dos laços de solidariedade entre os povoados, alterando as formas de uso comum dos recursos naturais e dificultando a reprodução física e cultural desses grupos.

O MABE apresenta-se nesse sentido, como órgão permanente de representação e mediação que agregou os indivíduos pertencentes a todas as comunidades tradicionais na luta pela titulação definitiva do território étnico. Os quilombolas ressaltam que a necessidade da criação do MABE não neutralizou as ações do STTR que conduziu a luta dos quilombolas antes de 1999. Ao contrário, o MABE fora construído na emergência das ações desenvolvidas pelo STTR, que assim como o MOMTRA, representou mais um elemento de afirmação dos quilombolas na reivindicação de seus direitos territoriais.

A análise desenvolvida no Capítulo III revelou a importância da rede de relações estabelecidas entre essas entidades representativas, mostrando que o fato de serem dotadas de demandas específicas, não promove a individualização das ações frente ao conflito agrário

travado com o CLA. Ao contrário, as diferentes frentes de luta fortalecem as ações dos quilombolas que realizam intercâmbio de suas experiências com outras entidades representativas não restritas apenas à questão quilombola, mas, ligadas aos conflitos travados pela violação dos direitos fundamentais dos povos e comunidades tradicionais. Os debates acerca das estratégias da ação são potencializados pela rede de relações construídas com outros movimentos sociais. Pensar e agir em rede constitui-se uma estratégia importante para o MABE.

Outra questão a ressaltar diz respeito à relação de interlocução estabelecida entre os quilombolas e o conhecimento científico. A recusa dos intelectuais que produzem o conhecimento acadêmico como porta-vozes demonstra que os agentes sociais passaram de uma postura individualizada para sujeitos da ação, assumindo condições de existência coletiva. As relações de pesquisa também são alteradas e a produção científica, antes restrita ao meio acadêmico, se relativiza por razão de um amplo debate atrelado às produções intelectuais articuladas aos movimentos sociais.

Isso se evidencia a partir da análise que desenvolvi no Capítulo III onde demonstrei que algumas produções teóricas dos quilombolas foram construídas em decorrência do conflito com o CLA. Observa-se que o MABE desenvolve ações que visam compor seu próprio quadro de quilombolas que possam se apropriar do saber acadêmico para estabelecer uma disputa teórica e conceitual capaz de promover melhores condições de enfrentamento com o CLA. As experiências dos quilombolas Danilo Lopes, da comunidade de Canelatiua, que tem formação em Direito e Davi Pereira Júnior, da comunidade de Itamatatiua, graduado em História e mestre em Antropologia representam uma estratégia de luta, uma demanda política do MABE que permite uma intervenção direta perante o Estado e a esfera jurídica.

É importante ressaltar ainda que observando a experiência do MABE é possível compreender que o saber acadêmico não se apresenta dissociado do saber tradicional. O conceito de ciência também é relativizado pelos quilombolas. As práticas de mobilização empreendidas pelo MABE como, por exemplo, as reuniões para discussão acerca do Art. 68 do ADCT e da Convenção 169 da OIT são organizadas pelos próprios quilombolas que realizam o estudo sobre os aparatos jurídicos, elaboram documentos com os encaminhamentos de suas reivindicações no intuito de visibilizar suas demandas específicas junto ao poder público.

A visibilidade ao conflito vivenciado em Alcântara com a implantação do CLA também é construída por intermédio das produções teóricas elaboradas e publicadas por quilombolas que integram o MABE. Os sujeitos da ação atuam na produção de um conhecimento científico a partir de suas próprias vivências face aos conflitos. Nesse sentido, há uma força política e de afirmação étnica na construção dessas produções teóricas ao passo que estas materializam a pauta reivindicatória dos quilombolas.

A etnicidade apresenta-se configurada por meio dessa diversidade de estratégias desenvolvidas para garantir a manutenção do território, que é repensado a partir da ruptura da noção de que se constitui diante de uma realidade fixa pautada em um conceito rígido acerca de espaço. A relação de interdependência firmada entre as comunidades quilombolas revela que o território é resultante de uma construção social dinâmica. As especificidades das territorialidades fazem convergir para a construção de um território étnico dotado de dinamicidade face às situações cotidianas.

A partir dessa compreensão de dinamicidade no processo de construção do território, os quilombolas que compõem o MABE apontam para a necessidade de atualização do mapa intitulado Território das Comunidades Remanescentes de Quilombo produzido como peça complementar do laudo antropológico de Alcântara. Isso reafirma a postura dos quilombolas no sentido de relativizar a categoria território, colocando-a numa perspectiva mais ampla do que a categoria terra. O componente étnico pautado não só nas relações sociais e culturais do território, tem sido aplicado como um componente político que emerge dentro do conflito político travado entre os quilombolas e o Estado. O MABE desenvolve atualmente diversas ações de mobilização, em parceria com instituições como o PNCSA, a Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos e o STTR no sentido de reafirmar o entendimento acerca da Convenção 169 da OIT com o intuito de garantir o cumprimento dos direitos previstos por essa Convenção aos quilombolas das comunidades tradicionais de Alcântara. Nesse sentido, diante da dinâmica que permeia o MABE face às reconfigurações do conflito com o CLA, destaco a importância do debate das discussões teóricas que envolvem os agentes sociais, os quilombolas/pesquisadores e os demais intelectuais.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, João Antônio de. Espelho crítico-político da província do Maranhão. Lisboa, Typographia Rollandiana, 1822.
- ACSELRAD, Henri; COLI, Luis Régis. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. p. 13-43.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história de agricultura do Maranhão**. Rio de Janeiro: Editora Casa 8, Fundação Universidade do Amazonas, 2008a.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Antropologia dos arquivos da amazônia**. Rio de Janeiro: Editora Casa 8, Fundação Universidade do Amazonas, 2008b.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombolas e a base de foguetes de Alcântara**, Brasília: MMA, 2006b. 2. v.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombolas e as novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras tradicionalmente ocupadas: terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006a.
- ANJOS, Leonardo dos. **Depoimento apresentado na Conferência Benefícios econômicos e sociais da Base de Alcântara para o Maranhão “Para quem e quando?”** São Luís, SBPC/UFMA, julho de 2012.
- BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, Tomke (Org.). **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000. p. 25-67.
- BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: _____ (Org.). **A miséria do mundo**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 693-736.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 2007.

BRASIL. Casa Civil. Regulamenta a forma de habilitação e co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - REPENEC, de que tratam os arts. 1º a 5º da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010. **Decreto nº 7.320, de 28 de setembro de 2010**. Brasília, DF: 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7320.htm>. Acesso em 29 abr. 2013.

COSTA, Wagner Cabral da. Ruínas verdes: tradição e decadência nos imaginários sociais. **Revista Caderno de Pesquisa**, 2001a, v. 12, p. 79-105.

COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte**: decadência, violência e tradição em terras do Maranhão. 2001. 227 f. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2001b.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GAIOSO, Raimundo José de Sousa. **Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura de Maranhão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros do Mundo Inteiro, 1970 (Coleção São Luís 1).

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.

LOPES, Antonio. **Alcântara**: subsídios para a história da cidade. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Cultura, 1957.

LOPES, Danilo da Conceição Serejo. **Depoimento apresenta na Conferência a Base Espacial e as Comunidades Quilombolas de Alcântara**. São Luís, SBPC/UFMA, julho de 2012b.

LOPES, Danilo da Conceição Serejo. **Entrevista**. Entrevistadora: Gyordanna Patrícia Pereira Silva. São Luís, julho de 2013.

LOPES, Danilo da Conceição Serejo. **O direito constitucional à terra das comunidades remanescentes de quilombo**: o caso da Base Espacial de Alcântara-MA. 91 f. 2012a. Monografia (Direito Bacharelado)-Universidade Federal de Goiás, Goiania, 2012a.

LOPES, Raimundo. **O torrão maranhense**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1916.

MARTINS, Cynthia Carvalho. **Os trabalhadores rurais de Cajueiro e o Centro de Lançamento de Alcântara**: a ação oficial e a transformação compulsória de um campesinato de Terra de Uso Comum em campesinato parcelar. f. 1994. Monografia (Graduação em Ciências Sociais)-Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1994.

MARTINS, Cynthia Carvalho. Reflexão preliminar sobre a categoria quilombo em Penalva-Maranhão. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno (Org.). **Cadernos de debates nova cartografia social**: territórios quilombolas e conflitos. Manaus: UEA Edições, 2010.

MONTELLO, Josué. **Noite sobre Alcântara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

MORAES, Samuel Araújo. **Depoimento apresentado no II Seminário das Comunidades Quilombolas de Alcântara “Pela garantia do território e o fortalecimento da identidade étnica das comunidades quilombolas”**. Alcântara, setembro de 2011.

MORAIS, Dorinete Serej. **Entrevista**. Entrevistadora: Gyordanna Patrícia Pereira Silva. São Luís, julho de 2013.

NUNES, Patrícia Portela. **Impactos da base de lançamento sobre a cidade de Alcântara**. São Luís: 2002.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Sobre o pensamento antropológico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

PEREIRA JUNIOR, Davi. **Territorialidades e identidades coletivas**: uma etnografia de Terra de Santa na Baixada Maranhense. 2011. 150 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

PEREIRA JÚNIOR, Davi. **Quilombo**: uma análise na produção intelectual. f. 2007. Monografia (Graduação em História)-Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2007.

PEREIRA JUNIOR, Davi. **Quilombos de Alcântara**: território e conflito: intrusamento do território das comunidades quilombolas de Alcântara pela empresa binacional, Alcântara Cyclone Space. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

RIBEIRO, Francisco de Paula. **Itinerário da província do Maranhão**. [São Luís]: RIHGB, 1872. Tomo 35.

RIBEIRO, Francisco de Paula. Memória sobre as nações gentias que presentemente habitam o Continente do Maranhão... **Revista Trimensal de Historia**, Rio de Janeiro, tomo 3, n. 10, p. 184-197, 1819.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

SILVEIRA, Leandra de Jesus. **Depoimento apresentado no II Seminário das Comunidades Quilombolas de Alcântara “pela garantia do território e o fortalecimento da identidade étnica das comunidades quilombolas”**. Alcântara, setembro de 2011.

VIVEIROS, Jerônimo de. **Alcântara no seu passado econômico, social e político**. 3. ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1950.

VIVEIROS, Jerônimo de. **Publicação comemorativa da passagem do 1º centenário da comissão da praça**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954. 2 v.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Fascículo “Nova cartografia social da Amazônia: quilombolas atingidos pela Base Espacial Alcântara”